



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS

# PORTFÓLIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS AZUIS

1.<sup>a</sup> Edição



*Economia Azul é definida como um “modelo de desenvolvimento económico que propõe mudanças estruturais na economia, baseado no funcionamento dos ecossistemas, com vista a proporcionar soluções para a saúde humana, o meio ambiente e para a economia”.*

Política e Estratégia do Mar (POLMAR, 2017)





## PREFÁCIO

*Lidia Cardoso*

Ministra do Mar, Água Interiores e Pescas



Objectivo 14 - Conservação e Uso Sustentável dos Oceanos, dos Mares e dos Recursos Marinhos para o Desenvolvimento Sustentável - representa um dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, igualmente preconizado na

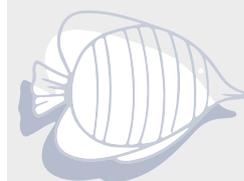
Agenda 2063, a África que Queremos, da União Africana no seu Objectivo 06, sob a designação "O oceano para o crescimento económico acelerado".

O meio ambiente no mundo em que vivemos está em crescente transformação face às mudanças climáticas, tornando necessário o envolvimento e intervenção de diferentes actores da sociedade a nível global para a sua preservação. Uma das iniciativas para o alcance deste objectivo é a aposta na Economia Azul, e Moçambique, como país costeiro, não foge à regra.

A Economia Azul resulta do equilíbrio entre a actividade económica e o apoio à capacidade de restauração e de manutenção da saúde dos ecossistemas oceânicos no longo prazo.

Reconhecendo a relevância da Economia Azul para Moçambique, o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), por meio do Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul, FP (ProAzul,FP), decidiu pela criação do Portfólio de Oportunidades Azuis, instrumento que reúne projectos bancáveis, com elevada capacidade de transformação social, económica e ambiental, como forma de assegurar a captura das diversas oportunidades existentes no país, ao mesmo tempo que contribui para:

1. O alcance dos compromissos definidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2063 da União Africana (UA);
2. Viabilizar o aumento da participação do sector privado em sectores-chave da EA, ao mesmo tempo em que garante o desenvolvimento económico sustentável e cria empregos di-



rectos e indirectos para as comunidades costeiras;

3. Divulgar oportunidades transformadoras nas diversas cadeias de valor relacionadas com a EA em Moçambique e elevar a representatividade da EA no Produto Interno Bruto (PIB); e
4. Materializar projectos fruto da colaboração e do diálogo entre o sector privado, sector público, sociedade civil, academia e outros actores ligados à EA.

Contamos com a participação da Academia assim como do Sector Privado de modo a não só garantir a viabilidade social e económica desta iniciativa, mas também a sua operacionalização, dado o enorme potencial que o país dispõe relativamente à EA.

Neste contexto, somos todos chamados a dar o nosso contributo na divulgação nacional e internacional, tendo em vista a materialização dos projectos constantes no portfólio.

---

# PORTFÓLIO DE OPORTUNIDADES AZUIS

Nos últimos anos, Moçambique avançou notavelmente no desenvolvimento de políticas e legislação para a governação do mar, bem como no estabelecimento de instituições vocacionadas para o desenvolvimento da Economia Azul, consistente com as tendências regionais e internacionais, no quadro dos esforços globais de preservação da saúde dos oceanos.

A criação do Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul, FP) com a missão de *promover o desenvolvimento sustentável das actividades da Economia Azul por meio da alocação de recursos e apoio à gestão de programas*, projectos e investimentos, representa um notável marco deste processo constante e evolutivo do sector.

Considerando a missão institucional do ProAzul, FP, o Portfólio de Oportunidades Azuis é um instrumento estratégico para ampliar a capacidade e disponibilidade de financiamento para implementação dos projectos que visam a transformação desejada no âmbito da Economia Azul. O mesmo é resultado de um rigoroso processo de identificação de oportunidades e potenciais projectos. Esta **primeira edição** foi desenvolvida a partir da interacção com instituições e especialistas de diferentes sectores.

O portfólio é um documento dinâmico e sujeito a constante aperfeiçoamento, visando a inclusão de novos projectos e a melhoria dos projectos mapeados, bem como o alinhamento com políticas e estratégias relevantes. As próximas edições devem progressivamente ampliar a sua abrangência, tornando-o um instrumento aglutinador e fundamental para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros e técnicos necessários para o desenvolvimento do país.

Assim, cabe ao ProAzul, FP, manter este documento actualizado, acessível ao público e, sobretudo, mobilizar financiamentos para sua materialização pelos diferentes intervenientes ora identificados em cada projecto.

Acreditamos que apenas por meio de projectos estratégicos e bem estruturados seremos capazes de alcançar Um Futuro Azul para Todos.

Votos de boa leitura

Presidente do Conselho de Administração do ProAzul, FP

*Simeão Lopes*





# ÍNDICE

<b>PORTFÓLIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS AZUIS</b>	03
<b>PREFÁCIO</b>	05
<b>PORTFÓLIO DE OPORTUNIDADES AZUIS</b>	07
<b>ÍNDICE</b>	09
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>RAZÕES PARA INVESTIR NA ECONOMIA AZUL DE MOÇAMBIQUE</b>	13
<b>SOBRE AS “OPORTUNIDADES AZUIS”</b>	15
<b>PILAR I : PESCA E AQUACULTURA</b>	21
P1.1. Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Aquacultura Sustentável – Projecto AquaBlue	23
P1.2. Estruturação da cadeia de produção e comercialização da tilápia para os pequenos e médios produtores - Projecto Aldeias de Tilápia	25
P1.3. Projecto de produção aquícola nas “terras salinizadas” do Regadio do Chókwè	27
P1.4. Fortalecimento da Cadeia de Valor da Pesca Artesanal e Aquacultura, focalizando na melhoria da Rede de Comercialização e Distribuição dos Produtos da Pesca	29
P1.5. Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal	31
P1.6. Aumento dos estoques através do repovoamento de espécies de holotúrias (pepino-do-mar)	32
<b>PILAR 2 : ENERGIAS RENOVÁVEI E INDÚSTRIA EXTRACTIVA MARINHA</b>	33
P2.1. Projecto de diversificação dos meios de subsistência, aumento da segurança alimentar e energética para as comunidades rurais	35
<b>PILAR : TRANSPORTE E INFRA- ESTRUTURAS</b>	37
P3.1. Desenvolvimento de Infra-estruturas para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e Conservação do Ambiente Marinho	39
P3.2. Portos Azuis de Moçambique	41
<b>PILAR 4 : CAPITAL NATURAL , AMBIENTE E ECONOMIA CIRCULAR</b>	45
P4.1. Infra-estruturas Verdes para uma Economia Azul Resiliente e Sustentável	47
P4.2. Investigação Sustentável para uma Economia Azul Saudável e Competitiva	48
P4.3. Reciclagem, tratamento e conversão de plásticos	50
P4.4. Substituição de Artes de Pesca Nocivas por tecnologias de pesca sustentáveis	51
P4.5. Construindo a resiliência das comunidades costeiras através de adaptações ecossistêmicas	52

P4.6. Produção sustentável de culturas hortícolas em zonas costeiras	53
P4.7. Projecto Diga não ao desperdício!	54
P4.8. Projecto de Co-financiamento de Iniciativas para o Desenvolvimento de Negócios Azuis – Matching Grants para o Desenvolvimento de Negócios Azuis	55
P4.9. Incubadora de PMEs voltadas para a Economia Circular no quadro da Economia Azul Sustentável	56
<b>PILAR 5 : TURISMO COSTEIRO E MARINHO</b>	57
P5.1. Programa de Turismo Azul Sustentável	59
P5.2. Plataforma de Integração do Turismo na Economia Circular	61
<b>PILAR 6 : GOVERNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES</b>	63
P6.1. Reforço da Governação e Desenvolvimento institucional	65
P6.2. Fiscalização Oceânica e Costeira	66
P6.3. Zona Económica Sustentável da Economia Azul	68
P6.4. Promoção de Janela de Oportunidades de Negócio na Economia Azul em Moçambique – Blue Cluster de Moçambique	70
P6.5. Conta Satélite de Economia Azul	71
P6.6. Literacia do Meio Aquático	73
P6.7. Salvaguarda do Património Marítimo	76
P6.8. Projecto de Promoção do Cooperativismo	78
<b>O PAPEL DO PROAZUL</b>	79

## INTRODUÇÃO

Com um clima subtropical e temperaturas que variam entre 18°C e 29°C, vasta extensão de terras aráveis, abundantes fontes de água e energia, bem como recursos minerais e uma população maioritariamente jovem, Moçambique possui um capital natural e condições favoráveis para um desenvolvimento sustentável, que toma em conta o bem-estar socioeconómico e ambiental das gerações presentes e futuras. A estas potencialidades juntam-se a localização geoestratégica, com portos marítimos que facilitam o transporte e logística para oferta de bens e serviços à sua população e serve de acesso ao litoral para diversos países do interior que de si dependem para escoar os seus produtos para mercados globais.

Para o aproveitamento do capital natural de que o país dispõe, uma série de reformas das políticas públicas, legislação e quadro institucional foi desencadeado para orientar o desenvolvimento da Economia Azul em Moçambique, incluindo o pacote de reformas para a melhoria do ambiente de negócios. Para a materialização deste objectivo foi desenvolvido o portfólio de projectos de economia azul (EA), que representa um conjunto de iniciativas que buscam desenvolver e aplicar soluções para as questões ambientais e económicas relacionadas aos recursos naturais e dos oceanos. Estes projectos abordam os desafios identificados pelos diferentes sectores integrantes na EA, através dos instrumentos de política e estratégias que procuram promover o crescimento económico de forma sustentável.

O objectivo principal do portfólio é criar uma abordagem coordenada e integrada para o desenvolvimento da EA, aproveitando as oportunidades económicas ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente. Isso é alcançado por meio de uma construção participativa e multisectorial dos projectos, envolvendo diferentes actores, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades locais.

O portfólio de projectos de economia azul (EA) é um instrumento dinâmico e em constante actualização, com vista a incorporar novas iniciativas e ajustando o enfoque conforme as necessidades, fornecendo assim um quadro para a implementação de soluções de que contribuem para a realização de um futuro mais próspero e sustentável para todos.

# RAZÕES PARA INVESTIR NA ECONOMIA AZUL DE MOÇAMBIQUE



**PIB\***  
USD 21, 24 bilhões ( 2023 )

**PIB per capita**  
USD 655.43 ( 2023 )

**INFLACÇÃO**  
5, 3 % ( 2023 )

**IDE\***  
US\$ 1,9 bilhões (2023)

**Câmbio (US\$)**  
63 ( 2023 )

**ÁREA**  
786 . 380 km<sup>2</sup>

**ZEE**  
572 . 000 km<sup>2</sup>

**ZONA COSTEIRA**  
2 . 700 km

**POPULAÇÃO**  
32,419,747 (2023)  
52% mulheres e 43% jovens  
60% zonas costeiras  
2.6% Crescimento anual da população

**LÍNGUA OFICIAL**  
Português

**ALIANÇAS**  
União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Commonwealth.

## RAZÕES PARA INVESTIR NA ECONOMIA AZUL DE MOÇAMBIQUE

Olhar para o oceano como fonte sustentável de desenvolvimento económico e social é um caminho óbvio. Moçambique, dada a imensidão do espaço marítimo que ocupa e a possibilidade de seu alargamento, através da extensão da plataforma continental, reúne um conjunto de elementos que o torna um destino completo para o sector de Economia Azul pelas seguintes razões:

- 1** Possui uma das linhas costeiras mais longas de África com cerca de 2.700 km de extensão;
- 2** Possui uma Zona Económica Exclusiva (ZEE<sup>1</sup>) de 572.000 km<sup>2</sup>, acompanhada de cerca de 13.000 km<sup>2</sup> de águas interiores e biodiversidade diversa;
- 3** Facilidade logística através de uma importante ligação de transportes locais e internacionais por via do Canal de Moçambique, com três portos<sup>2</sup> principais nomeadamente de Maputo, Beira e Nacala, estrategicamente llocalizados e ligados a corredores rodoviários e ferroviários interiores;
- 4** Recifes de coral em franjas<sup>3</sup> na região norte representando cerca de 35% dos corais na região do Oceano Índico;
- 5** Densas florestas de mangal e prados de ervas marinhas na região central, com elevado potencial para aumentar o valor dos serviços ecossistémicos;
- 6** Possui uma vasta gama de activos costeiros e marinhos únicos de Moçambique que representam um grande potencial para atracção do turismo internacional;
- 7** Cerca de 241 milhões de dólares americanos foi o total de receitas resultantes de 2,87 milhões de visitantes em 2018, o representa a contribuição para a economia, onde o desenvolvimento do turismo marinho e costeiro oferece oportunidades de crescimento económico e emprego.
- 8** Apresenta um enorme potencial para a aquacultura com uma vasta rede hidrográfica e área marinha, entretanto, ainda é uma actividade incipiente praticada de forma dispersa em regime de subsistência pelas comunidades com uma presença fraca de produtores comerciais.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Zona Económica Exclusiva

<sup>2</sup> Os portos têm potencial para se tornarem centros de serviços e sectores de produção relacionados, servindo como fontes de emprego para áreas diversas, incluindo a construção de embarcações, serviços logísticos, de armazenamento, de transporte e outros.

<sup>3</sup> Os recifes em franja são formações simples e próximas aos continentes ou a ilhas.

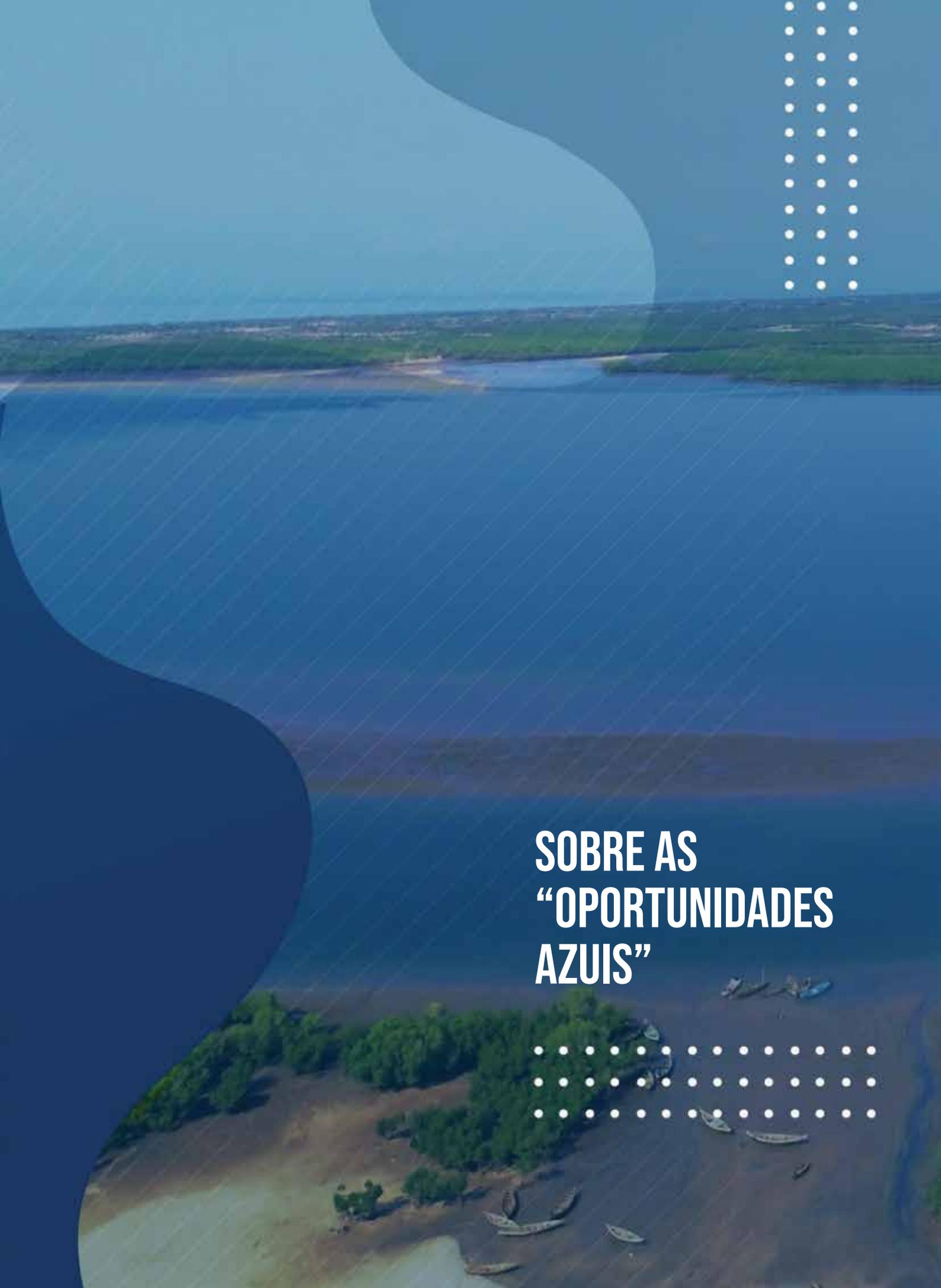
<sup>4</sup> Em 2022, a produção aquícola foi de cerca de 5.519 toneladas, correspondentes a cerca de 1% do total da captura nacional.

**9** Possui um alto potencial de pesca extractiva semi-industrial e industrial no mar e nas águas interiores que concentra oportunidades ímpares tanto à montante como a jusante da cadeia de valor da pesca<sup>5</sup>;

**10** Avanços institucionais relevantes no âmbito da Economia Azul (EA), com destaque para o fortalecimento de instituições orientadas para o sector do mar, além de reformas estruturantes no quadro legal<sup>6</sup> de modo a favorecer investimentos no sector como é o caso da redução do imposto corporativo de 32% a 10% para o sector da aquacultura.

<sup>5</sup> Detalhados adiante, incluindo infra-estruturas pesqueiras portos de pesca, desembarcadouros, mercados de pescado e unidades de processamento e conservação.

<sup>6</sup> Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), o Regime Jurídico a Utilização do Espaço Marítimo Nacional (REJUEM), Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), dentre outras.



# **SOBRE AS “OPORTUNIDADES AZUIS”**



As “**Oportunidades Azuis**” constituem possibilidades de investimentos na Economia Azul envolvendo múltiplos intervenientes, incluindo o sector público e privado e outros actores não-estatais, por meio de projectos concretos, que compõem este documento. As oportunidades apresentadas a seguir buscam assegurar:

- 1 Uma abordagem integrada e auto-sustentável** fornecendo uma “solução completa” através da integração das diferentes etapas e sectores envolvidos nas cadeias de valor, por forma a criar oportunidades ambiental e economicamente sustentáveis numa perspectiva médio-longo prazo.
- 2 A inter-sectorialidade**, por meio do estímulo à cooperação entre os agentes público, privado e da sociedade civil, bem como entre os diferentes sectores que compõem a EA. A inter-sectorialidade, caracterizada por uma abordagem holística, é necessária para potenciar oportunidades que contribuem para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável.
- 3 O engajamento do sector privado**, com incentivos adequados para aumentar sua participação na economia nacional, impulsionando investimentos e a adesão a práticas corporativas consentâneas com os preceitos da EA, nomeadamente a garantia das salvaguardas sociais e ambientais, inclusão das comunidades locais nos seus projectos de investimento, bem como acções de responsabilidade social.
- 4 A diversificação da economia** que pressupõe a replicação e escalonamento de iniciativas económica e financeiramente viáveis, e que respeitem as questões ambientais, podendo ser adaptados e implementados em diferentes contextos e escalas, contribuindo para a diversificação das fontes de renda dos operadores privados e comunidades locais.
- 5 A inclusão social** visando a garantia do direito de acesso aos recursos e participação das comunidades locais na sua gestão, bem como acesso às oportunidades de geração de renda e emprego para todos os grupos sociais, incluindo as pessoas vulneráveis, mulheres e jovens.
- 6 A preservação do meio ambiente** que pressupõe a inclusão em todos projectos de medidas que visem a preservação do meio ambiente marinho e de águas interiores, de modo a mitigar os impactos negativos das actividades humanas, promovendo práticas sustentáveis que assegurem a adaptação dos ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas.
- 7 O alinhamento com o quadro político-legal** que inclui instrumentos e directrizes globais e regionais com destaque para as ODS e os instrumentos orientadores e legislação nacional atinente à gestão e conservação do meio aquático e de promoção da melhoria do ambiente de negócios.

As oportunidades azuis elencadas no portfólio abrangem múltiplas áreas, produtos e serviços.

A segmentação do portfólio foi inspirada nos pilares da Estratégia de Economia Azul, em desenvolvimento, que por sua vez está em linha com a Política do Mar e sua Estratégia de Implementação (POLMAR), das quais foram identificados os desafios e a orientação estratégica na concepção dos projectos.

- I. Pesca e Aquacultura
- II. Energias renováveis e Industria Extractiva Marinha
- III. Transporte e infra-estruturas
- IV. Capital Natural, Ambiente e Economia Circular
- V. Turismo Costeiro e Marinho
- VI. Governação e Desenvolvimento de Capacidades

**A listagem dos projectos não é nem deve ser estática** e está sujeita à melhoria constante e a sua **implementação** pode e, em muitos casos, deve ser **faseada**. Nesse sentido, o **investimento indicativo também tenderá a ser aplicado em conformidade com as fases de implementação dos projectos**, permitindo assim o **apoio por múltiplos parceiros**. A cada actualização, uma nova versão do documento será publicada pelo ProAzul, FP.

QUADRO SUMÁRIO DO PORTFÓLIO		
PILARES	PROJECTOS PRIORITÁRIOS IDENTIFICADOS	INVESTIMENTO USD, 10 <sup>3</sup>
<b>I. Pesca e Aquicultura</b>	P1.1. Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável – Aquablue	65.000
	P1.2. Estruturação da cadeia de produção e comercialização da tilápia para os pequenos e médios produtores – Aldeias de Tilápia	50.000
	P1.3. Projecto de produção aquícola nas “terras salinizadas” do Regadio do Chókwè	40.000
	P1.4. Fortalecimento da Rede de Comercialização e Distribuição dos Produtos da Pesca	30.000
	P1.5. Programa Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal	55.000
	P1.6. Aumento dos estoques através do repovoamento de espécies de holotúrias (pepino-do-mar)	260
<b>II. Energias renováveis e Indústria Extractiva</b>	P2.1. Projecto de diversificação dos meios de subsistência, aumento da segurança alimentar e energética para as comunidades rurais	80.000
<b>Marinha</b>	P3.1. Infra-estruturas para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e Conservação do Ambiente Marinho	150.000
<b>III. Transporte e infraestruturas</b>	P3.2. Portos Azuis de Moçambique	151.000
	P4.1. Infra-estruturas Verdes para uma Economia Azul Resiliente e Sustentável	20.000
	P4.2. Investigação Científica Sustentável para uma Economia Azul Saudável e Competitiva	40.000
	P4.3. Reciclagem, tratamento e conversão de plásticos	30.000
	P4.4. Programa de substituição de Artes de Pesca Nocivas por tecnologias de pesca sustentáveis	30.000
	P4.5. Construindo a resiliência das comunidades costeiras através de adaptações ecossistémicas	50.000
<b>IV. Capital Natural, Ambiente e Economia Circular</b>	P4.6. Produção sustentável de culturas hortícolas em zonas costeiras	700
	P4.7. Projecto Diga não ao desperdício!	150
	P4.8. Co-financiamento de Iniciativas para o Desenvolvimento de Negócios Azuis – <i>Matching Grants</i> para o Desenvolvimento de Negócios Azuis	20.000
	P4.9. Incubadora de PMEs voltadas para a Economia Circular no quadro da Economia Azul Sustentável	3.000
<b>V. Turismo Costeiro e Marinho</b>	P5.1. Programa de Turismo Azul Sustentável	20.000
	P5.2. Plataforma de Integração do Turismo na Economia Circular	5.000
	P6.1. Reforço da Capacidade Institucional e Capital Humano para o Desenvolvimento da Economia Azul	40.000
	P6.2. Fiscalização Oceânica e Costeira	20.000
	P6.3. Zona Económica Sustentável da Economia Azul	2.000
<b>VI. Governação e Desenvolvimento de Capacidades</b>	P6.4. Promoção de Janela de Oportunidades de Negócio na Economia Azul em Moçambique – Blue Cluster de Moçambique	2.000
	P6.5. Conta Satélite de Economia Azul	1.000
	P6.6. Literacia do Meio Aquático	1.000
	P6.7. Salvaguarda do Património Marítimo	605
	P6.8. Projecto de Promoção do Cooperativismo	1.000
	<b>Total</b>	<b>- 900.000</b>



## PILAR I : PESCA E AQUACULTURA

<b>Áreas de abordagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca</li> <li>• Aquacultura</li> <li>• Extracção / cultivo de organismos vivos para fins terapêuticos, estéticos, indústria de transformação, química, entre outros (ainda pouco explorado no âmbito da EA)</li> </ul>
<b>Desafios-chave relacionados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de capacidade produtiva do sector para o abastecimento do mercado interno e externo;</li> <li>• Fraca rede de processamento e de acréscimo de valor ao pescado;</li> <li>• Fraca rede de infra-estruturas;</li> <li>• Necessidade de melhoria da gestão das pescarias e conservação dos ecossistemas;</li> <li>• Baixa diversificação das actividades económicas pesqueiras incluindo espécies demersais e ornamentais pouco exploradas bem como o desenvolvimento de produtos fora da indústria alimentar;</li> <li>• Fraca rede de comercialização de produtos para a saúde, reprodução, crescimento dos organismos aquáticos; e</li> <li>• Fraca cadeia de valor para a produção aquícola.</li> </ul>
<b>Alinhamento Político e Estratégico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• POLMAR / PNDT/ POEM</li> <li>• Plano de Investimento de Infra-estruturas de Apoio a Pesca e Aquacultura</li> <li>• Estratégia de Desenvolvimento da Aquacultura PQG/CFMP</li> </ul> <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 10px;">    </div>





**P1.1. Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Aquacultura Sustentável – Projecto AquaBlue**

**Objectivo geral** Assegurar a sustentabilidade da aquacultura, através da produção em escala comercial, tomando em consideração as salvaguardas ambientais e envolvimento das comunidades.

O projecto consiste no desenvolvimento da cadeia de valor da aquacultura, através da criação de condições favoráveis para a mobilização do sector privado, interno e externo, para **desenvolver a cadeia de valor da aquacultura nas componentes de produção de equipamentos, ração e alevinos de qualidade e produção aquícola à escala industrial**, por um lado, e por outro apoiar **os pequenos e médios produtores a desenvolverem aquacultura em moldes comerciais na parte continental (tilápia) e marinha (camarão, caranguejo de mangal e azul, ostras, mexilhão, corvina, ervas marinhas, entre outros)**, agregando a sua produção para facilitar o acesso aos mercados.

O engajamento do sector privado para o desenvolvimento da aquacultura industrial associado ao apoio aos pequenos e médios produtores, através da transferência de conhecimento e desenvolvimento da cadeia de valor da aquacultura, irá contribuir para a sustentabilidade da actividade aquícola e para a **segurança alimentar e nutricional, criação de postos de emprego, equilíbrio da balança comercial e redução da pressão na pesca extractiva**.

Pretende-se que com a produção em escala do sector industrial sejam criadas condições de preços acessíveis de ração e alevinos de qualidade para os pequenos e médios produtores, através da produção local das matérias-primas usados na produção da ração.

**Escopo indicativo** O projecto inclui ainda o processamento, comercialização e marketing dos produtos da aquacultura, bem como o estabelecimento de um quadro institucional e condições que garantam os padrões de biossegurança e higio-sanitários para a garantia da aquacultura sustentável. As componentes do projecto são as seguintes:

- 1) Análise das questões que bloqueiam o investimento do sector privado na aquacultura, desenho e implementação de um roteiro para abordagem das questões;
- 2) Apoio no desenvolvimento da cadeia de valor da aquacultura
  - 2.1) Estabelecimento de unidades de produção de equipamentos para aquacultura (gaiolas, redes, etc), ração e alevinos / larvas / sementes, através do apoio ao sector privado;
  - 2.2) Melhoria da capacidade dos pequenos e médios produtores aquícolas, através do desenvolvimento de unidades de produção (tanques, gaiolas, maricultura) e treinamento;

- 2.3) Apoio no desenvolvimento da cadeia de comercialização e marketing dos produtos aquícolas
- 3) Fortalecimento do quadro legal e institucional para o ordenamento da actividade aquícola, com enfoque nos aspectos de licenciamento, recolha e disseminação de dados, biossegurança e controlo higio-sanitário / qualidade.

<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Niassa, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Aquacultura em tanques e gaiolas; e</li> <li>▪ Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Aquacultura Marinha</li> </ul>
<b>Responsável</b>	IDEPA, IP; ADNAP, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: ProAzul,FP e INIP, IP
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento indicativo</b>	USD 65.000.000   Possibilidade de investimento faseado



## P1.2. Estruturação da cadeia de produção e comercialização da tilápia para os pequenos e médios produtores – Projecto Aldeias de Tilápia

### Objectivo geral

Incrementar a produção e produtividade aquícola através da transição da aquacultura de subsistência para a aquacultura comercial.

O projecto consiste na produção a escala comercial da tilápia através da produção em tanques e gaiolas nos locais mapeados como potenciais para a produção aquícola. **A produção em tanques é feita em modelo de aquaparque, onde são concentradas as unidades de produção de ração, alevinos e unidades de processamento e conservação do pescado, os quais serão dinamizados pelo sector privado.**

A localização das "Aldeias de Tilápia", para além das condições ecológicas, irá tomar em conta a proximidade em relação a outros projectos aquícolas a escala industrial no quadro do projecto "umbrela" AquaBlue, de modo a se beneficiar das facilidades existentes e ou criadas, no que concerne à produção e acesso aos mercados.

As "Aldeias de Tilápia" serão uma **parceria público-privada**, onde em terra, uma série de tanques, entre 100 - 200, **serão concessionados a operadores singulares**, tendo cada um entre 20 - 30, que empregarão mão-de-obra local. Os operadores irão beneficiar de troca de experiência, facilidades de acesso aos insumos e assistência técnica, pelo facto de estarem concentrados em área determinada. **O conceito de "Aldeias de Tilápia" é também aplicado para a aquacultura em gaiolas, onde serão aproveitadas as lagoas de água doce e albufeiras existentes no país com potencial para aquacultura.**

### Escopo indicativo

O projecto será também implementado no quadro do projecto "Umbrela" AquaBlue e da **Zona Económica Sustentável da Economia Azul** (detalhado mais adiante), os quais irão criar as condições para a atracção do sector privado para o investimento, obedecendo a mesma lógica de intervenção.

Constituem componentes do projecto as seguintes:

- 1) Mapeamento das áreas, terras e lagos, com potencial para o estabelecimento do conceito do projecto "Aldeias de Tilápia" e Zoneamento dos lagos e Albufeiras para o desenvolvimento da aquacultura em gaiolas, considerando os outros usos;
- 2) Investimento público no desenvolvimento das condições essenciais para a mobilização de investimentos privados - quadro legal, acesso a terra, água, energia de qualidade e vias de acesso;
- 3) Construção de unidades de produção de ração e alevinos através do sector privado e / ou parcerias público-privado;
- 4) Abertura de tanques, construção de gaiolas e de unidades de processamento para a produção da tilápia, através do sector privado; e

---

	5) Estabelecimento de Balcão Único – <i>One Stop Shop</i> – para o atendimento do sector privado na importação de insumos e exportação dos produtos.
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Niassa, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Aquacultura em tanques e gaiolas</li><li>▪ Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Aquacultura Marinha</li><li>▪ Regadio de Chókwè</li></ul>
<b>Responsável</b>	IDEPA, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Gaza, Inhambane, Manica, Tete e Zambézia.
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades

---

### P1.3. Projecto de produção aquícola nas “terras salinizadas” do Regadio do Chókwè

#### Objectivo geral

Diversificar a economia rural através do aproveitamento das terras ociosas para a produção aquícola a escala industrial contribuindo para o aumento da produção, segurança alimentar e criação de postos de trabalho

O projecto consiste no aproveitamento dos cerca de 4.679 hectares de terras salinizadas, impróprias para agricultura, localizadas no regadio de Chókwè na província de Gaza, para a produção a escala industrial da aquacultura de peixe tilápia em tanques. **A unidade de produção industrial inclui tanques, unidades de produção de ração e salas de processamento do pescado. A existência do Centro de Pesquisa em Aquacultura (CEPAQ) e a Hidráulica de Chókwè E.P. (HICEP) que gere o regadio de Chókwè, constituem uma vantagem para a instalação de empresas de produção aquícola.**

O projecto será também implementado no quadro dos projectos “Umbrela” **AquaBlue** e da **Zona Económica Sustentável da Economia Azul**, os quais irão criar as condições para a atracção do sector privado para o investimento na importação, numa primeira fase, e progressivamente a produção local dos insumos e tecnologias necessária ao funcionamento das unidades de produção da ração e alevinos de qualidade, a preços competitivos, contribuindo para a substituição das importações e equilíbrio da balança de pagamentos. A reserva da terra e contrato com a HICEP para a disponibilidade de canais de abastecimento de água constituem uma condição essencial para a mobilização do sector privado para investir.

#### Escopo indicativo

As unidades de produção industrial são circundadas por aquaparcos, onde as comunidades locais são organizadas em cooperativas de pequena e média dimensão, as quais irão se beneficiar da assistência do sector privado e instituições públicas para garantir o treinamento e disponibilidade de mão de obra local qualificada. Estas unidades irão gerar renda para as pessoas que não serão empregadas pelas empresas e contribuirá para o envolvimento das comunidades na protecção das infra-estruturas contra possíveis actos de vandalização.

Constituem componentes do projecto as seguintes: (1) Investimento público no desenvolvimento das condições essenciais para a mobilização de investimentos privados – terra, água, energia de qualidade e vias de acesso; (2) Construção de Unidades de produção de ração e alevinos através do sector privado e / ou parcerias público-privado; (3) Abertura de tanques e construção de unidades de processamento para a produção da tilápia, através do sector privado; (4) Estabelecimento de Balcão Único – *One Stop Shop* – para o atendimento do sector privado na importação de insumos e exportação dos produtos.

#### Cobertura geográfica

Chókwè – Gaza

---

<b>Responsável</b>	IDEPA, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: ProAzul, FP; INP, IP; ADNAP, IP; Alfândegas, MEF, MIC, MADER
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento indicativo</b>	USD 40.000.000   Possibilidade de investimento faseado

---

#### P1.4. Fortalecimento da Cadeia de Valor da Pesca Artesanal e Aquacultura, focalizando na melhoria da Rede de Comercialização e Distribuição dos Produtos da Pesca

<b>Objectivo geral</b>	<p>Melhorar os rendimentos médios dos pescadores artesanais e aquacultores de pequena escala e reduzir as perdas pós-captura, através da eficiência no processamento, comercialização e distribuição do pescado.</p>
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto consiste em estruturar o <b>sistema de comercialização e distribuição dos produtos da pesca artesanal e aquacultura</b>, através do envolvimento do sector privado e cooperativas locais na <b>gestão das infra-estruturas de conservação e processamento do pescado e aquisição do pescado nos locais de descarga / centros de desembarque e unidades de produção aquícola</b>, contribuindo para a redução das perdas pós-captura e aumento da renda dos pescadores e comerciantes de pescado.</p> <p>Tomando em conta os sistemas de comercialização e intervenientes ao nível das comunidades, o projecto irá <b>apoiar os comerciantes de pescado a organizarem-se em cooperativas e interessar empresários do sector das pescas para celebrar contratos de aquisição de produtos da pesca junto aos pescadores artesanais e aquacultores</b>, de forma a garantir a distribuição ao mercado nacional e internacional, obedecendo as regras higio-sanitárias. Esta iniciativa irá, para além do abastecimento do mercado nacional, contribuir para a colocação de produtos da pesca artesanal com alto valor comercial (ex: camarão, caranguejo, atum, etc) no mercado internacional.</p> <p>A implementação do projecto será de forma faseada, considerando as condições e infra-estruturas existentes nas diferentes comunidades do território nacional, bem como as infra-estruturas a serem desenvolvidas.</p> <p>As componentes do projecto são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reabilitação e apetrechamento das infra-estruturas de apoio à pesca e aquacultura existentes e aquisição de meios para conservação e distribuição do pescado, através de parcerias público-privadas;</li> <li>2) Apoio aos comerciantes de pescado no estabelecimento de cooperativas de comercialização e processamento do pescado, incluindo treinamentos para a adição de valor aos produtos da pesca e subprodutos, no âmbito da economia circular; e</li> <li>3) Desenho e implementação do modelo de comercialização do pescado, incluindo a preparação de contratos e desenvolvimento de um aplicativo (<i>app</i>) de informação sobre os preços do pescado e ligação entre os pescadores e comerciantes de pescado.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	<p>Nacional, sendo dividido em três fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Fase 1. Maputo, Gaza e Inhambane</li> <li>■ Fase 2. Manica, Tete, Niassa</li> <li>■ Fase 3. Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado</li> </ul>

---

---

<b>Responsável</b>	IDEPA, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: ProAzul,IP; INIP,IP; ONGs
<b>Beneficiários</b>	Pescadores artesanais, Aquacultores, Comunidades costeiras e Sector Privado
<b>Investimento indicativo</b>	USD 30.000.000   Possibilidade de investimento faseado

---

## P1.5. Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal

<b>Objectivo geral</b>	<p>Contribuir para melhoria do desempenho da cadeia de valor da pesca artesanal fortalecendo a eficiência dos fluxos e proporcionando rendimentos crescentes aos intervenientes, elevando-a para uma pescaria mais comercial e contribuir para o aumento da disponibilidade de pescado de melhor qualidade abastecendo o mercado interno e melhorando a segurança alimentar e nutricional das populações.</p>
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto consiste no desenvolvimento da cadeia de valor da pesca artesanal, através de intervenção integrada dos diferentes actores e segmentos da cadeia de valor da pesca.</p> <p>A orientação estratégica das intervenções do projecto visa contribuir para o aumento dos rendimentos ao longo da cadeia de valor, incidindo no:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>ordenamento da actividade de pesca artesanal (desembarque, licenciamento, fiscalização, avaliação do potencial, medidas de gestão e estatísticas de produção);</li> <li>Reforço da rede de extensão pesqueira e capacitação dos extensionistas, em articulação com o sector da agricultura;</li> <li>redução das perdas pós-captura (manuseio e conservação do pescado),</li> <li>acesso aos mercados (processamento e comercialização em condições adequadas, melhoramento do transporte e vias de acesso) e produtos de valor acrescentado (inspecção sanitária e certificação da qualidade do pescado); e) aumento da produção baseada na pesca selectiva em mar aberto e águas interiores (tecnologia de pesca modernas e selectivas) conferindo maior produtividade e sustentabilidade à pesca artesanal no contexto da adaptação e resiliência às mudanças climáticas e da economia azul.</li> </ol> <p>No quadro das abordagens recentes adoptadas pelo sector das pescas com vista a assegurar o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal, o projecto vai apoiar na efectivação do princípio de "Pescador Cidadão" através do qual se pretende promover uma maior inserção dos intervenientes da cadeia de valor no sistema de economia formal, o que poderá contribuir para a redução da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.</p> <p>O projecto inclui ainda o processamento, comercialização e <i>marketing</i> dos produtos da pesca artesanal, como também intervenções em infra-estruturas de apoio à pesca na cadeia de valor, bem como o estabelecimento de um quadro institucional e condições que garantam os padrões de biossegurança e higio-sanitários para uma pesca artesanal sustentável. As componentes do projecto são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos de poio à pesca;</li> <li>Ordenamento e gestão das pescarias;</li> <li>Fortalecimento da rede de extensão pesqueira;</li> <li>Desenvolvimento da cadeia de valor integrada; e</li> <li>Fortalecimento da capacidade institucional e gestão do projecto.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Zona costeira</li> <li>Niassa, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo – Águas Interiores</li> </ul>
<b>Responsável</b>	IDEPA, IP e ADNAP, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: ProAzul, FP; INIP, FP; InOM; INFRAPESCA, IP; INAMAR, IP; Escola de Pescas
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento indicativo</b>	USD 55.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## Pl.6. Aumento dos estoques através do repovoamento de espécies de holotúrias (pepino-do-mar)

<b>Objectivo geral</b>	Aumentar os estoques permanentes de espécies de holotúrias (pepino-do-mar) em reservas marinhas por meio de iniciativas de reprodução.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>As holotúrias são componentes importantes dos ecossistemas marinhos, representando um recurso significativo para a subsistência costeira. Ao nível global, a aquacultura de holotúrias aumentou de cerca de 1% em 2002 para 25% em 2011. Na vizinha Tanzânia existem cerca de 20 espécies de holotúrias comercializadas com alto valor comercial. A demanda por holotúrias resultou na sobrepesca das espécies exploradas, daí que esforços dedicados são necessários para restaurar os recursos pesqueiros e geri-los de forma sustentável.</p> <p>Este projecto irá reconstruir os estoques selvagens de holotúrias através de produção de juvenis de holotúrias em aquacultura e consequente repovoamento no meio natural, aplicando tecnologias já disponíveis localmente. Estas acções serão coadjuvadas por iniciativas de consciencialização e capacitação das comunidades em matéria de gestão e aquacultura de holotúrias.</p> <p>Os resultados esperados / componentes do projecto são conforme se segue:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Fomento da produção de holotúrias em áreas marinhas protegidas de modo a garantir a existência de estoques permanentes abundantes e captura sustentável;</li> <li>2) Treinamento das comunidades para adoptarem técnicas de cultivo e comercialização de holotúrias para geração de renda e sua subsistência;</li> <li>3) Desenvolvimento da cadeia de valor das holotúrias, incluindo a produção em cativeiro, de modo a assegurar a exploração sustentável do recurso; e</li> <li>4) Geração e partilha de conhecimento sobre a produção em cativeiro e gestão das holotúrias no seu ambiente natural.</li> </ol> <p>A capacitação entre pesquisadores, profissionais, instrutores, especialistas e fornecer informações às partes interessadas constitui um dos elementos essenciais desta iniciativa. Ter uma comunidade instruída que poderá se aventurar na cultura das holotúrias como potencial fonte alternativa de renda pode resultar na baixa pressão sobre o estoque selvagem, permitindo assim o rejuvenescimento dos pepinos-do-mar no ambiente natural.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inhambane: Vilankulo e Inhassoro</li> <li>• Nampula: Moma e Angoche</li> </ul>
<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: Pro Azul, FP e IDEPA, IP
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento indicativo</b>	USD 260.000

## PILAR 2 : ENERGIAS RENOVÁVEIS E INDÚSTRIA EXTRACTIVA MARINHA

Áreas de abordagem	<ul style="list-style-type: none"><li>• Minerais</li><li>• Energia (incl. hidroeléctrica, eólica, solar)</li></ul>
Desafios-chave relacionados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transição energética</li><li>• Inovação e financiamento para geração de energia renovável</li><li>• Disponibilidade de água ao longo do ano para os usos dos diferentes sectores</li><li>• Controlo da intrusão salina com impacto negativo na agricultura e pecuária</li><li>• Mitigação do impacto das cheias e secas, que se verificam de forma cíclica no país</li></ul>
Ligação com os ODS	 





## P1.5. Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal

<b>Objectivo geral</b>	Melhorar a gestão dos caudais dos rios para manter o equilíbrio dos serviços ecossistémicos, produção de energia e reforço dos meios de subsistência das comunidades, contribuindo para a mitigação do impacto das cheias e secas.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto consiste no desenvolvimento e gestão de infra-estruturas (barragens, diques e canais) para o controlo do fluxo dos caudais de bacias hidrográficas relevantes para os serviços ecossistémicos, contribuindo na melhoria dos meios de subsistência das comunidades e fortalecimento da resiliência aos impactos dos fenómenos naturais extremos – os produtos que se esperam com a implementação do projecto incluem a criação de sistemas de irrigação, fontes para o abeberamento do gado, pequenas estações de geração de energia eléctrica, criação de aquaparcos, restauração hidrológica das florestas de mangais, entre outros. De forma complementar, o projecto inclui o desenvolvimento de infra-estruturas verdes e agroflorestas, envolvendo o sector familiar, para manter a integridade dos rios e evitar erosão. Com as infra-estruturas verdes, o projecto irá apoiar as comunidades para o acesso aos créditos de carbono.</p> <p>As componentes do projecto são conforme se segue:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Realização de estudos relevantes para adopção de medidas que visam a manutenção ou restauração dos serviços ecossistémicos das bacias hidrográficas e ordenamento das actividades que ocorrem ao longo dos rios, lagos e albufeiras para contribuir com o desenvolvimento sustentável, mitigando os impactos ambientais;</li> <li>2) Construção de infra-estruturas (barragens, diques, reservatórios escavados e canais) para a gestão sustentável das bacias hidrográficas e geração de energia hidroeléctrica;</li> <li>3) Desenvolvimento de infra-estruturas verdes e apoio às comunidades no acesso a fontes de financiamento inovadoras – Crédito de Carbono, Blue Bonds; e</li> <li>4) Desenvolvimento de iniciativas de geração de renda com o aproveitamento das infra-estruturas e dos serviços ecossistémicos, com o envolvimento do sector privado.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	Bacia Hidrográfica Incomati, Púnguè, Messalo
<b>Responsável</b>	Administração Regional de Águas (ARA) e MIREME
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: INGD, IP; INAM, IP; ANAC, IP; DINAB-MTA; Sector Privado, ONGs, academia, parceiros de desenvolvimento
<b>Beneficiários</b>	Comunidades rurais e PME's – Agronegócios e energias renováveis
<b>Investimento indicativo</b>	USD 80.000.000   Possibilidade de investimento faseado



## PILAR 3 : TRANSPORTE E INFRA - ESTRUTURAS

<b>Áreas de abordagem</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transporte marítimo</li><li>• Infra-estruturas e serviços portuários</li></ul>
<b>Desafios-chave relacionados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Modernização das das infraestruturas portuárias e meios de transporte marítimo para o desenvolvimento sustentável;</li><li>• Acesso limitado às infra-estruturas físicas nas zonas rurais, em especial para a pesca artesanal e aquacultura (desembarque, conservação, comercialização, vias de acesso, energia, saneamento, água). Bem como os elevados níveis de perdas pós-colheita em razão da falta de condições apropriadas seja para o desembarque, armazenamento e processamento</li></ul>
<b>Ligação com os ODS</b>	 



### P3.1. Desenvolvimento de Infra-estruturas para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e Conservação do Ambiente Marinho

#### Objectivo geral

Desenvolver uma rede de infra-estruturas de apoio a pesca e contribuir para o uso sustentável dos recursos pesqueiros através da ampliação da rede de áreas de conservação marinha por iniciativa comunitária.

#### Escopo indicativo

O projecto tem como foco a implementação de infra-estruturas físicas de apoio à pesca artesanal/costeira e semi-industrial, o alargamento das áreas marinhas de protecção e das áreas de pesca de gestão comunitária visando o aumento da produção sustentável dos produtos pesqueiros.

Devido à natureza complementar das diferentes infra-estruturas previstas, a selecção da localização geográfica deve privilegiar o acesso facilitado aos diferentes serviços essenciais (*one-stop-shop*), seja para o aumento da produtividade pesqueira (**desembarque, congelação e distribuição**), seja para os serviços públicos necessários à prática sustentável (**inspeções sanitárias, fiscalização, autoridade marítima e outros**). Ao mesmo tempo, como parte do escopo desta intervenção, serão também estabelecidas áreas de Pesca de Gestão Comunitária e Áreas Marinhas de Conservação comunitária, de forma a contribuir para a conservação das Áreas Chave de Biodiversidade (KBAs<sup>7</sup>) e expansão das áreas marinhas de conservação.

No entorno destas infra-estruturas haverá atenção particular para a criação das condições para o estabelecimento de lojas de insumos, lotas, salas de conservação, mercados e outros equipamentos que dinamizam a economia local e estimulam a participação do sector privado na sua operacionalização. Adicionalmente, tal disposição geográfica contribui para a melhoria da segurança marítima nos pontos de desembarque, assegura maior eficiência na Monitoria, Controlo e Fiscalização da Pesca (MCS) e o controlo higio-sanitário dos produtos pesqueiros.

Constituem equipamentos previstos neste projecto: Porto Costeiro, Porto de Pesca Costeira, Porto de Pesca Local e Centros de Desembarque. Estes equipamentos contêm em seus respectivos projectos as infra-estruturas de apoio necessárias ao adequado funcionamento e contributo para o aumento da produtividade (energia, vias de acesso, máquinas de gelo, laboratórios, pontões flutuantes e outros – parte destes operados pelo sector privado).

Constituem componentes do projecto:

<sup>7</sup> Key Biodiversity Areas.

	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Construção, ampliação e reabilitação de infra-estruturas "azuis" resilientes de apoio a pesca;</li> <li>2) Apoio no estabelecimento de Áreas de Pesca de Gestão Comunitária e Áreas de Conservação Comunitária, na consolidação do sistema de gestão participativa das pescarias e no desenvolvimento do sistema de marcação das artes de pesca (selagem das artes) e de um projecto específico de seguro das unidades de pesca; e</li> <li>3) Operacionalização dos mecanismos de gestão das Áreas de Pesca de Gestão Comunitária e das Áreas de Conservação Comunitária, incluindo o registo, cadastro e licenciamento electrónico dos pescadores artesanais, implementação de planos de gestão para as pescarias artesanais e apoio no funcionamento dos sistemas de co-gestão locais.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	<p>Nacional</p> <p>Infra-estruturas Prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Zona Norte</u>: Cabo Delgado: Porto Costeiro de Palma, Ilha das Quirimbas e Ruela; Nampula: Memba</li> <li>• <u>Zona Centro</u>: Tete: Chicoa, Saladza</li> <li>• <u>Zona Sul</u>: Inhaca</li> </ul>
<b>Responsável</b>	INFRAPESCA, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: ADNAP, IP; ANAC, IP; INAMAR, IP; InOM; INIP, IP; Sector Privado, ONGs (WCS, WWF)
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado (PMEs, fornecedores de insumos, processadores, comerciantes de pescado, construtores navais, turismo, tripulantes, operadores de Pesca de Pequena Escala) e Comunidades Costeiras e de Águas Interiores.
<b>Investimento indicativo</b>	USD 150.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## P3.2. Portos Azuis de Moçambique

### Objectivo geral

Aumentar a competitividade e a contribuição económica dos portos de Moçambique através da adopção de um modelo de desenvolvimento integrado, participativo e sustentável a longo prazo.

### Escopo indicativo

A "Iniciativa Portos Azuis" da Organizações das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>8</sup> tem apoiado no mapeamento e na disseminação de boas práticas sobre a gestão sustentável de portos, representando um marco importante e relevante fonte de consulta para estruturação de projectos desta natureza. Embora seja um conceito emergente, há experiências positivas de portos que privilegiam a preservação do meio ambiente, o aumento dos benefícios sociais e o crescimento económico de forma integrada.

Os "Portos Azuis" têm como essência uma abordagem que privilegia, dentre outras características, (i) soluções ambientalmente sustentáveis (ii) envolvimento de múltiplos sectores e actores (iii) uso intensivo de tecnologias para o aumento da eficiência das operações portuárias (iv) desenvolvimento económico com participação do sector privado e comunitário (v) crescimento ordenado, com visão de longo prazo.

É diante deste contexto que o projecto busca **desenvolver e aplicar, de forma gradual, o modelo dos portos azuis nas infra-estruturas portuárias do país.**

O projecto visa conferir maior eficiência às operações portuárias, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades costeiras e do país, através do reforço da cadeia de valor das pescas, respeitando os aspectos de sustentabilidade ambiental, os princípios de igualdade de género e encorajando o respeito pelo normas relativas ao trabalho marítimo e boas práticas.

Relativamente aos Portos de Pesca, no concernente ao ambiente, a iniciativa tem em vista melhorar a gestão de resíduos, incluindo, dentre outros, o plástico, óleos, tratamento de águas negras e água de balastro. Busca ainda desenvolver iniciativas ecológicas, que contribuem para a melhoria do ambiente costeiro e marinho, tal é o caso de cultivo de mangais, algas, filtradores (ex: bivalves) e outros organismos que contribuem para a renovação dos ecossistemas.

A reabilitação e modernização das infra-estruturas irá considerar a redução / eliminação dos elementos poluentes ao ambiente, contribuindo para a transição energética, substituindo sempre que possível as fontes de energia fósseis por energias limpas e digitalização do sistema de gestão e operações portuárias, facto que irá também contribuir para a melhoria da informação estatística e por conseguinte a gestão dos recursos pesqueiros.

<sup>8</sup> [The blue ports as a tool to strengthen blue transformation in coastal areas \(2022\)](#)

Tendo em vista a complementaridade dos investimentos em terra, também é parte integrante deste projecto a definição técnica e a criação de incentivos específicos à modernização da frota de pesca, que visa responder tanto a demanda da indústria pesqueira em toda a sua cadeia de valor, considerando as especificidades de cada uma das pescarias e respectivos planos de desenvolvimento, em particular o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Pescaria do Atum (PEDPA).

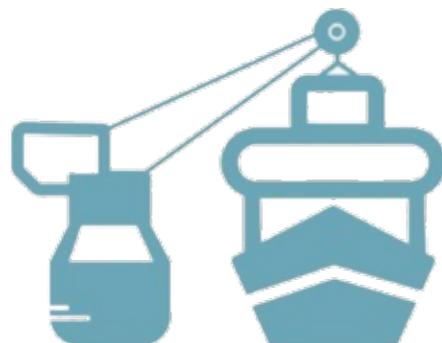
A modernização da frota constitui um dos maiores desafios do sector, na actualidade, sendo que a sua implementação irá contribuir para maior rentabilidade das empresas de pesca e redução do impacto ambiental das suas operações. Igualmente, a modernização irá considerar a padronização da frota de modo a se adequar ao sistema de gestão da respectiva pescaria, bem como o estímulo ao uso de fontes mais sustentáveis de energia. A adequação das embarcações irá também contribuir para melhorar as condições de trabalho da tripulação e incluir a sensibilidade de género.

A iniciativa dos Portos de Pesca Azuis aborda ainda questões de carácter transversal, como aspectos de governação, que se traduzem na participação do sector privado, academia e ONGs, Governos locais, na planificação estratégica e integração dos Portos no Plano de Ordenamento Espacial Marinho (POEM), Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e planos locais das áreas onde os Portos de Pesca se inserem. Neste quadro, os Portos de Pesca podem fornecer outros serviços para responder as necessidades da comunidade, desde que estejam devidamente planificados.

Constituem componentes do projecto:

- 1) Desenvolvimento do quadro conceptual e capacidade técnica e institucional para a implementação da iniciativa de “Portos Azuis” em Moçambique e um roteiro para sua implementação faseada
- 2) Reabilitação e modernização das infra-estruturas e equipamentos de apoio a pesca, relativamente a:
  - a. Eficiência e Digitalização, incluindo a Implementação do Diário de Bordo Electrónico;
  - b. Diversificação dos serviços e integração na economia local e nacional
  - c. Transição energética; e
  - d. Redução de elementos poluentes e nocivos a saúde humana.
- 3) Gestão ambiental e desenvolvimento de infra-estruturas verdes, incluindo:
  - a. Gestão de resíduos (Etares e sistema de gestão de resíduos nos portos e embarcações de pesca)
  - b. Incentivo aos armadores de pesca para prevenção e recolha de lixo marinho (redes abandonadas, insumos de pesca, etc);
  - c. Incentivo à indústria de reciclagem com base no lixo marinho e outros resíduos
- 4) Governação participativa dos Portos de Pesca, incluindo:
  - a. Integração no POEM, PNDT e Planos de Desenvolvimento Locais;
  - b. Avaliação e revisão do PEDPA;
  - c. Apoio na realização de um estudo participativo para definição das especificações técnicas da embarcação-padrão que inclua dimensões do cabo mestre padrão;
  - d. Envolvimento do Sector Privado (planos de modernização, diversificação, manejo ambiental, normas laborais e género);
  - e. Envolvimento de ONGs e Academia na elaboração de planos de desenvolvimento e

	ordenamento e na Auditoria Ambiental.
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento do quadro conceptual, legislação e capacidade institucional: Nacional</li> <li>Portos "piloto" elegíveis para aplicação do conceito: Porto de Maputo, Beira e, numa segunda fase, porto de Angoche</li> </ul>
<b>Responsável</b>	INFRAPESCA, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: ADNAP, IP; INAMAR, IP; InOM; INIP, IP; Sector Privado, ONGs
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado (PMEs, Armadores de Pesca Industrial, fornecedores de insumos, processadores, comerciantes de pescado, construtores navais, turismo, tripulantes, operadores de Pesca de Pequena Escala) e Comunidades Costeiras.
<b>Investimento indicativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para o desenvolvimento do quadro conceptual e capacidade institucional <b>USD 1.000.000</b></li> <li>Para a aplicação do conceito nos portos piloto <b>USD 150.000.000</b>   Possibilidade de investimento pode ser faseado. Cada componente do Porto Azul pode, isoladamente, ser financiada.</li> </ul>





## PILAR 4 : CAPITAL NATURAL , AMBIENTE E ECONOMIA CIRCULAR

### Áreas de abordagem

- Sequestro de carbono
- Protecção Costeira
- Gestão de resíduos para indústrias baseadas na terra e no mar /Economia circular
- Áreas de conservação marinha

### Desafios-chave relacionados

- Exploração excessiva dos recursos devido à falta de alternativas de renda
- Perda de habitat natural
- Poluição marinha e erosão costeira que são agravadas pelos impactos das mudanças climáticas
- Expansão e gestão das Áreas de Conservação Marinha – com enfoque nas comunitárias

### Ligação com os ODS





### P4.1. Infra-estruturas Verdes para uma Economia Azul Resiliente e Sustentável

<b>Objectivo geral</b>	Implementar mecanismos para gestão e utilização sustentável dos ecossistemas e habitats críticos para assegurar a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e a resiliência social e económica das comunidades costeiras.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>Financiar a protecção e restauração de habitats críticos e dos seus serviços ecossistémicos é uma oportunidade para a gestão local e novas vias para alavancar o investimento privado. Este tipo de “infra-estrutura verde” assegura condições para o surgimento de indústrias emergentes como: <b>fertilizantes líquidos, cultivo de algas marinhas, indústria farmacêutica e alimentar</b>. Não só, também representa grande vantagem para o <b>desenvolvimento de actividades turísticas baseadas na natureza</b> – com diversas oportunidades para realização de investimentos públicos e privados.</p> <p>Diante disto, o projecto consiste no financiamento de iniciativas que visam o desenvolvimento das infra-estruturas verdes para a protecção do ambiente costeiro e marinho, incluindo as Áreas de Conservação, nomeadamente: <b>protecção e restauração de mangais, ervas marinhas, florestas dunares e dunas de areia, recifes de corais e respectivos serviços ecossistemas</b>.</p> <p>Adicionalmente, o projecto visa fortalecer a capacidade de resiliência dos ecossistemas costeiros e marinhos, bem como das respectivas comunidades, através do financiamento de iniciativas de conservação e restauração de habitats costeiros e marinhos críticos e da diversificação dos meios de subsistência das comunidades.</p> <p>Constituem componentes do projecto:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Avaliação da saúde dos habitats críticos e valor dos serviços ecossistémicos;</li> <li>2) Acções para assegurar recuperação natural e manutenção de habitats críticos degradados, incluindo iniciativas de restauração;</li> <li>3) Identificação de oportunidades económicas para o desenvolvimento inclusivo do sector privado em actividades associadas à conservação e exploração sustentável das infra-estruturas verdes (mangais, recifes de corais, dunas e outras infra-estruturas verdes).</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	<p><u>Zona Sul:</u> Gaza e Inhambane <u>Zona Centro:</u> Banco de Sofala</p> <p><u>Zona Norte:</u> Cabo Delgado e Nampula</p>
<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>Parceiros para implementação</b>	<p>Instituições Públicas: INAMAR, IP; ANAC, IP; ADNAP, IP; DINAB-MTA; INIP, IP;</p> <p>Sector Privado, ONGs (WCS, WWF), academia, Parceiros de Desenvolvimento</p>
<b>Beneficiários</b>	Comunidades costeiras, ONGs, Academia e Sector privado
<b>Investimento indicativo</b>	USD 20.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## P4.2. Investigação Sustentável para uma Economia Azul Saudável e Competitiva

### Objectivo geral

Assegurar a disponibilidade de informações científicas para a exploração sustentável dos recursos marinhos e o desenvolvimento das actividades económicas da Economia Azul.

Moçambique regista avanços importantes na componente científica na EA. Desenvolvimentos institucionais relevantes e a existência de instituições focadas no assunto, tais como o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM), Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho (CEPAM), Universidades com linhas específicas viradas à investigação dos oceanos e afins, demonstram progresso constante no desenvolvimento científico nos sectores de Economia Azul.

Apesar dos avanços, em face da relevância da EA no contexto global, é vital para o seu desenvolvimento e exploração sustentável, a intensificação do conhecimento sobre os recursos pesqueiros em alto mar, impacto dos remoinhos marinhos sobre os recursos, monitorização do aquecimento das águas do mar, estudos hidrográficos para melhoria da navegação e oceanografia, aumento da produtividade no cultivo de recursos vivos, dentre outros.

Em razão disto, o projecto consiste no fortalecimento de linhas de investigação na Economia Azul, com enfoque particular no aumento da disponibilidade de informações e conhecimento sobre o mar e recursos vivos necessários ao desenvolvimento de actividades económicas e iniciativas de conservação no quadro da Economia Azul, através da realização de estudos específicos que constituem as componentes-chave desta oportunidade, nomeadamente:

### Escopo indicativo

- 1) Desenvolvimento de estudos sobre os recursos pesqueiros em alto mar (além das 12 milhas náuticas) – incluindo, por exemplo: a estimativa da biomassa das espécies, determinar a quantidade de lixo marinho proveniente das artes de pesca abandonadas “ghost fishing”, determinar a quantidade de microplásticos nas espécies, dentre outras;
- 2) Investigação sobre o impacto dos eventos de remoinhos marinhos na distribuição e abundância dos recursos pesqueiros;
- 3) Criação de um mecanismo para monitorização do aquecimento do mar, por meio de estações regionais para monitorização no mar (e outros instrumentos);
- 4) Realização de análises topo-hidrográficas, hidrográficas e cartográficas, visando a melhoria da capacidade de pesquisa científica marinha e navegabilidade; e
- 5) Criar e fortalecer linhas existentes de investigação da aquacultura em águas interiores e marinha (qualidade de insumos, técnicas de cultivo e outras necessárias ao aumento da produtividade e sustentabilidade)

devido à abrangência e natureza transversal. Este projecto também contribui para diversos outros do portfólio.

### Cobertura geográfica

Nacional

<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM, IP)
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: ANAC, IP; ADNAP, ip; DINAB-MTA, INIP, IP; Sector Privado, ONGs (WCS, WWF, BIOFUND), academia, Parceiros de Desenvolvimento
<b>Beneficiários</b>	Comunidades costeiras, ONGs, Academia e Sector privado
<b>Investimento indicativo</b>	USD 40.000.000   Possibilidade de investimento faseado



### P4.3. Reciclagem, tratamento e conversão de plásticos

<b>Objectivo geral</b>	Desenvolver o mercado de reciclagem, tratamento e conversão de plásticos, contribuindo para a redução do descarte incorrecto de resíduos e embalagens de plástico nas águas marinhas, fluviais e lacustres.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto visa reintroduzir o plástico na cadeia produtiva a fim de que gere valor e seja reutilizado, reduzindo-se a produção de lixo e o descarte incorrecto, aumentando a preservação dos recursos naturais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Constituem linhas de actuação do projecto:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Integrar os catadores informais como agentes dentro do sistema formal de reciclagem, incluindo acções para valorizar e dignificar seu trabalho, treinamentos em saúde e meio ambiente e colaboração com associações e organizações comunitárias de base que actualmente trabalham com catadores informais.</li> <li>2) Criar incentivos e instrumentos financeiros (créditos, deduções, isenção de impostos, compras públicas preferenciais, etc.) visando aumentar a rentabilidade da indústria de reciclagem, incluindo a promoção de inovações tecnológicas que melhorem sua eficiência.</li> <li>3) Desenvolver mercados locais para opções de conversão de plástico não-reciclável quando esgotadas todas as possibilidades de reuso e reciclagem mecânica.</li> <li>4) Financiar investimentos de produção de embalagens e empacotamentos com materiais biodegradáveis, alternativos aos plásticos.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional, com projectos-piloto em até 10 autarquias
<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>Parceiros para implementação</b>	MTA, MADER, MIC, autarquias, ANAMM
<b>Beneficiários</b>	Fabricantes e produtores, empresas de reciclagem, associações e organizações comunitárias de base
<b>Investimento indicativo</b>	USD 30.000.000   Possibilidade de investimento faseado

#### P4.4. Substituição de Artes de Pesca Nocivas por tecnologias de pesca sustentáveis

<b>Objectivo geral</b>	<p>Apoiar aos operadores de pesca artesanal no melhoramento dos meios e tecnologias de pesca para garantir uma pesca sustentável, através de técnicas de pesca selectivas, contribuindo para a sustentabilidade dos estoques de recursos pesqueiros.</p>
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto visa <b>a eliminação das artes de pesca nocivas e fornecimento de artes de pesca selectivas</b>, com enfoque para a erradicação do uso redes mosquiteiras (incluindo chicocotas) <b>e substituição das redes de arrasto para praia</b> (REPMAR prevê a descontinuidade destas artes de pesca), fornecendo pescarias alternativas e sustentáveis. O projecto consiste na pesquisa e treinamento sobre tecnologias de pesca sustentável e concessão de financiamentos (comparticipação dos beneficiários) aos operadores de pesca artesanal para aquisição de motores, embarcações melhoradas, artes e tecnologias de pesca destinados ao aproveitamento de recursos pouco explorados, incluindo a pesca do atum e / ou usando métodos de pesca selectivos, que garantam o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O projecto inclui a promoção do uso de dispositivos de redução de fauna acompanhante e implementação de directrizes nos casos de ocorrência de capturas acidentais de espécies endémicas.</p> <p><b>Pretende-se que o projecto apoie ao sector privado na certificação ecológica dos produtos de pesca, contribuindo para a diversificação dos mercados e incremento dos rendimentos.</b> Constituem componentes do projecto os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Pesquisa e treinamento sobre tecnologias de pesca sustentáveis;</li> <li>2) Concessão de financiamento aos operadores da pesca artesanal para o uso de artes e técnicas de pesca selectivas, com enfoque para a substituição das redes de arrasto para a praia e implantação de dispositivos de agregação de peixes para a promoção da pesca do atum;</li> <li>3) Treinamento dos beneficiários em gestão de negócios e finanças e tecnologias de pesca sustentável, incluindo serviços de seguro para as embarcações de pesca;</li> <li>4) Apoio aos beneficiários do projecto na melhoria da cadeia de valor das pescas, na certificação ecológica dos produtos de pesca e facilitação de acesso aos diversos mercados;</li> <li>5) Estudos sobre o impacto pós retirada das artes de arrasto para a terra; e</li> <li>6) Concepção e implementação de um sistema de marcação de artes de pesca.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	Províncias costeiras e de águas interiores relevantes para pesca artesanal
<b>Responsável</b>	Administração Nacional das Pescas, IP (ADNAP, IP)
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições públicas: IDEPA, IP, ProAzul, FP; INIP, IP; sector privado, universidades, ONGs
<b>Beneficiários</b>	Pescadores Artesanais e Sector privado
<b>Investimento indicativo</b>	USD 30.000.000   Possibilidade de investimento faseado

#### P4.5. Construindo a resiliência das comunidades costeiras através de adaptações ecossistémicas

<b>Objectivo geral</b>	Mitigar os impactos climáticos nas comunidades relacionados com secas, inundações, ciclones e salinização de água e dos solos associados à intrusão salina causadas pelas mudanças climáticas nos estuários dos rios Limpopo, Zambeze e Bons Sinais.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>Moçambique está entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas. Os impactos severos e crescentes das mudanças climáticas nos padrões climáticos e nos desastres naturais estão resultando em baixas humanas directas, bem como na degradação dos meios de subsistência das pessoas e dos ecossistemas que os sustentam.</p> <p>Os impactos das mudanças climáticas nos três estuários já estão afectando mais de 300.000 pessoas e, caso não se adotem medidas de mitigação atempadamente, o número de pessoas afectadas, provavelmente, aumentará para mais de 1,5 milhão em 2100.</p> <p>Para o alcance do objectivo geral, serão adaptadas abordagens integradas com base no ecossistema, incluindo investimentos em soluções baseadas na natureza para adaptação, sistemas de aviso prévio melhorados para apoiar comunidades na preparação para desastres, colecta de água da chuva e promoção de meios de subsistência resilientes às mudanças climáticas e tolerantes à salinização de água e dos solos. O projecto pretende implantar as seguintes soluções de mitigação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1) Na componente de protecção contra inundações e danos causados por ciclones:</b> soluções baseadas na natureza serão aplicadas para aumentar as taxas de infiltração de água de enchentes e carregaros aquíferos e protecção costeira por meio de investimentos em aterros de protecção (diques), reabilitação e conservação de mangais; e gestão de desastres através da instalação/reforço de sistemas locais de aviso prévio (para impactos climáticos que não podem ser totalmente mitigados ou evitados). Isso inclui épocas de ciclones fortes da categoria 3 a 5, que se tornarão mais frequentes no futuro devido às mudanças climáticas.</li> <li><b>2) Na componente de adaptação a meios de subsistência resilientes a seca e à salinização de água e de solos:</b> para garantir o acesso à água potável, em locais afectados pela intrusão salina, o projecto irá promover sistemas de recolha de água da chuva e/ou construção de furos; e para garantir a produção agrícola nos locais afectados por secas, cheias e salinização dos solos, o projecto prevê uma agricultura resiliente à salinização e diversificação dos meios de subsistência.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	<input type="checkbox"/> Gaza (Estuário do Limpopo, Zongoene, Distrito de Limpopo, Distrito de Xai-Xai). <input type="checkbox"/> Zambézia (Chinde e Bons Sinais, Quelimane).
<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; United Nations Environment Programme (UNEP) Instituições Públicas: ProAzul, GCF, MEF (Autoridade designada para mudanças climáticas)
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento estimado</b>	USD 50.000.000

## P4.6. Produção sustentável de culturas hortícolas em zonas costeiras

<b>Objectivo geral</b>	O projecto visa estabelecer uma produção de fruteiras e hortícolas nas terras agrícolas costeiras sob influência de água salgada em Moçambique.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto visa estabelecer uma produção de fruteiras e hortícolas nas terras agrícolas costeiras sob influência de água salgada em Moçambique. O projecto irá preencher uma lacuna de défice estrutural existente; segundo algumas estimativas, Moçambique importa ~USD15-20 milhões de frutas e vegetais da África do Sul anualmente. No entanto, ao longo dos estuários de Moçambique existe elevado potencial de terras férteis e água em abundância, porém, a água e os solos são salgados devido à intrusão salina.</p> <p>O projecto proposto usa uma tecnologia inovadora na qual emprega tecnologia <i>Seawater Greenhouse</i> (SG) que dadas as condições climáticas, será adaptada para cultivo em sombrite (Adequação de tecnologias no contexto local). A tecnologia SG já está sendo implementada comercialmente pela Sundrop Farms na Austrália. O primeiro ensaio desta tecnologia em África está sendo desenvolvido na Somália. A tecnologia usa uma combinação de resfriamento evaporativo accionado por energia solar e eólica, dessalinização por osmose reversa (RO) para irrigação de água doce e construção de montagem de sombrite fotosselectiva para atingir rendimentos agrícolas elevados (por exemplo, tomate) 300-700t/ha/ano. O sal de mesa é um subproduto comercializável do processo.</p> <p>O projecto fornecerá uma solução duradoura para chuvas sazonais e cada vez mais erráticas, condições de secas e de secas prolongadas por mais de 9 meses no ano, baixa produção de vegetais, baixa nutrição entre as comunidades locais e baixo uso de terras agrícolas marginais nos estuários sob influência de salinização. Também aumentará o nível de emprego à medida que a operação for ampliada e os efeitos multiplicadores a jusante (embalagem, processamento, etc.) forem realizados.</p> <p>Propõem-se a implementação piloto demonstrativo em dois locais, nomeadamente na província de Gaza, em Zongoene e na Foz do Limpopo; na província da Zambézia, no estuário dos Bons Sinais, com possibilidade de réplica em toda a extensão da costa moçambicana.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gaza: Zongoene e na foz do Limpopo.</li> <li>• Zambézia: estuário dos Bons Sinais.</li> </ul>
<b>Responsável</b>	Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM)
<b>Parceiros para implementação</b>	Sector Privado; Instituições Públicas: ProAzul,FP; Seawater Greenhouse Limited (UK); IDEPA,IP
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado e comunidades
<b>Investimento estimado</b>	USD 700.000

### P4.7. Projecto Diga não ao desperdício!

<b>Objectivo geral</b>	Engajar os agentes das indústrias culturais e criativas na economia circular e na redução da pressão sobre os recursos naturais
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O projecto consiste em exposições itinerante e oficinas que visam influenciar os actores locais no sentido de, rotineiramente, realizar no contexto da economia azul, exposições sob o mesmo conceito, em que (i) o aproveitamento integral do pescado, (ii) a reutilização e reciclagem do lixo marinho e (iii) o nivelamento da pressão sobre os recursos; sejam comandos subjacentes.</p> <p>Para o efeito, o projecto procurará (i) estimular a criatividade na utilização racional dos recursos e a opção preferencial por práticas sustentáveis, (ii) promover a partilha de experiências directa ou indirectamente relacionadas com a economia circular aplicadas ao meio aquático, no contexto da ciência, tecnologia e inovação, tendo em vista conferir ímpeto à economia azul, (iii) expor e valorizar “mercadorias” que configurem ou decorram de iniciativas e progressos científicos, tecnológicos e de inovação, a diferentes escalas, nos diversos campos do saber que demandam o mar e as águas interiores e (iv) criar intercâmbio e aproximação entre operadores, que potencialmente possam desencadear sinergias em prol do desenvolvimento sustentável.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	Maputo, Sofala e Cabo Delgado
<b>Responsável</b>	Museus do Mar
<b>Parceiros para implementação</b>	MTA, MICULTUR, Governos da Província de Gaza, Secretaria de Estado da Província de Gaza e ONG's
<b>Beneficiários</b>	Público em geral (privilegiando as populações vítimas de desastres, tendo em vista a revitalização da sua economia)
<b>Investimento indicativo</b>	USD 150.000

## P4.8. Projecto de Co-financiamento de Iniciativas para o Desenvolvimento de Negócios Azuis – Matching Grants para o Desenvolvimento de Negócios Azuis

<b>Objectivo geral</b>	Aumentar o acesso ao financiamento para negócios orientados à Economia Azul em Moçambique
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O sector privado em Moçambique é caracterizado por um grau de informalidade estimado em 89%, que representa cerca de 30.9% do PIB nacional. É um desafio particular, sobretudo para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), a inclusão financeira e a dificuldade no acesso ao crédito, especialmente nas zonas rurais.</p> <p>Em razão disto e de forma a promover o desenvolvimento de “negócios azuis” em Moçambique, o projecto tem como foco assegurar a disponibilidade de recursos financeiros para o sector privado formal, que atenda a critérios específicos de enquadramento no sector de Economia Azul. Serão elegíveis os sectores:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Economia Circular (propostas com foco em: eliminação de resíduos (ex.: remoção de plástico), manutenção de produtos e materiais em uso e regeneração dos sistemas naturais)</li> <li>2) Turismo e recreação (foco em actividades oceânicas e costeiras)</li> <li>3) Energias renováveis aplicadas à EA</li> <li>4) Biotecnologia marinha</li> <li>5) Dessalinização</li> <li>6) Tecnologia aplicada à EA</li> </ol> <p>Em Moçambique, por meio do ProAzul, FP, que dispõe de unidade específica para o desenvolvimento do sector privado, iniciativas ligadas à Economia Azul (enfoque nas pescas) têm sido financiadas através do Programa Mais Peixe Sustentável<sup>9</sup> com reconhecido sucesso a nível nacional.</p> <p>Dado o arranjo de implementação já definido em razão da experiência prévia da instituição, este é um projecto “plug-and-play” do portfólio e, portanto, seu desenvolvimento decorre em consonância à disponibilidade de recursos financeiros para sua implementação.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul, FP)
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: InOM; ADNAP, IP; INIP, IP; Sector Privado, ONGs, comunidades
<b>Beneficiários</b>	Sector privado e Comunidades costeiras
<b>Investimento indicativo</b>	USD 20.000.000   Possibilidade de investimento faseado

<sup>9</sup> Edição 1: USD 2,5 milhões, Edição 2: USD 14 milhões.

### P4.9. Incubadora de PME's voltadas para a Economia Circular no quadro da Economia Azul Sustentável

<b>Objectivo geral</b>	Aumentar a rentabilidade e oportunidades de emprego das Pequenas e Médias Empresas (PMEs), que operam no sector da Economia Azul, através da abordagem de economia circular.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O Conceito de Economia Circular se assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Esta abordagem é crucial para o desenvolvimento sustentável e sobretudo nos sectores da economia azul, que impactam sobre o meio ambiente. Para além das considerações ambientais, a Economia Circular tem potencial para o aumento da rentabilidade das empresas, com a redução do desperdício e geração de novos produtos e sub-produtos, que também contribuem para criação oportunidades de trabalho e geração de renda para as comunidades circunvizinhas.</p> <p>O projecto de Incubadora de PME's visa capacitar as empresas existentes e empreendedores operando ou que desejem operar no sector da Economia Azul, na criação de novas linhas de produtos e serviços que resultem do aproveitamento dos resíduos e introdução de tecnologias que reduzem o desperdício de materiais e energia.</p> <p>Do Ponto de vista conceptual e de implementação a incubadora terá assistência técnica do Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME, IP) e empresas parceiras do projecto, que já estão posicionadas no mercado, que irão facilitar o processo de transferência de conhecimento.</p> <p>Em termos operacionais, a Incubadora será constituída por infra-estruturas com equipamento técnico adequado (desde máquinas e técnicas simples ambientalmente sustentáveis a equipamentos de ponta com tecnologia de última geração) e pessoal qualificado para treinar empreendedores e técnicos de PME's.</p> <p>Estrategicamente o projecto terá uma abordagem faseada, iniciando com produtos com maior possibilidade de aceitação no mercado e ou que contribuam para o aumento da margem de lucro das empresas com a redução e ou reciclagem de materiais. Na primeira fase, as unidades da Incubadora vão abranger as seguintes áreas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Produtos e sub-produtos da pesca – processamento de pescado (bolos de peixe, conservas, filetes fumados, etc); ração e silagem de peixe;</li> <li>2) Triagem e reciclagem de lixo marinho (plásticos e vidro);</li> <li>3) Gestão e manuseio de resíduos nos portos / embarcações (incluindo lubrificantes e tratamento de água de lastro);</li> </ol> <hr/> <ol style="list-style-type: none"> <li>4) Plantio e processamento de salicórnia (substituto do sal na gastronomia e com propriedades terapêuticas); e</li> <li>5) Normas de qualidade e HCCP para o fornecimento de produtos a indústria hoteleira, plataformas de óleo e gás.</li> </ol> <p>De modo a garantir a sustentabilidade da incubadora, sobretudo depois do periodo de vigência do projecto, o modelo de gestão será através de parcerias público-privadas, onde o sector público mobiliza financiamento para o investimento inicial e facilita a ligação entre investidores e empreendedores e as PME's asseguram o funcionamento da incubadora, incluindo despesas com pessoal e manutenção dos equipamentos.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	Sofala – com possibilidade de expansão para Zambézia, Maputo e Nampula (Nacala)
<b>Responsável</b>	Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul, FP) / Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME, IP)
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: InOM, ADNAP, IP, INIP, IP; Sector Privado, ONGs, comunidades
<b>Beneficiários</b>	Sector privado, PME's e Comunidades costeiras
<b>Investimento indicativo</b>	USD 3.000.000   Possibilidade de investimento faseado



## PILAR 5 : TURISMO COSTEIRO E MARINHO

<b>Sectores abrangidos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Turismo de sol e mar</li><li>• Turismo baseado na natureza</li><li>• Turismo baseado na comunidade</li></ul>
<b>Desafios-chave relacionados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de infra-estruturas / investimento</li><li>• Limitada capacidade técnica para a produção de bens e oferta de serviços turísticos baseados na natureza</li><li>• Fraca captação dos benefícios do turismo em termos de valor</li><li>• Mitigação / eliminação da poluição e degradação ambiental causada pelo turismo</li></ul>
<b>Ligação com os ODS</b>	 



## P5.1. Programa de Turismo Azul Sustentável

### Objectivo geral

Melhorar a contribuição do turismo na Economia Azul através do aproveitamento do capital natural e engajamento das comunidades costeiras, através de parcerias Público-Privadas e iniciativas de co-gestão.

### Escopo indicativo

Moçambique possui uma longa linha de costa, de cerca de 2700 km, com uma paisagem que representa um capital de alto valor para o desenvolvimento do turismo. A vasta rede hidrográfica, para além dos serviços ecossistémicos que prestam para o florescimento das diversas espécies de flora e fauna e desenvolvimento das economias das comunidades adjacentes constituem importantes pontos de atracção turística ainda sub-aproveitados.

O plano quinquenal do Governo (PQG) elege o turismo como uma das quatro actividades prioritárias, considerando as potencialidades do país e a capacidade que o sector tem de gerar renda e postos de trabalho. Igualmente, o turismo constitui um vector essencial na economia azul pela sua contribuição na conservação da biodiversidade. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2016 – 2025) definiu cinco destinos turísticos prioritários, nomeadamente: Maputo, Vilankulo, Gorongosa, Quirimbas e Niassa. Estas constituem igualmente áreas-chave de Biodiversidade.

O programa consiste no desenvolvimento de parcerias público-privadas através de concessões e parcerias de co-gestão para o desenvolvimento de infra-estruturas e ou a sua melhoria e gestão, bem como o desenvolvimento de capacidades do sector privado e comunidades locais para a transformação do capital natural em investimento, renda e emprego para as comunidades através do turismo com base na natureza, com enfoque para a protecção dos ecossistemas sensíveis e espécies endémicas.

O programa pretende fortalecer a parceria entre entidades públicas, organizações filantrópicas e de investigação / conservação e o sector privado, envolvendo as comunidades locais. Modelos similares de parceria estão já sendo desenvolvidos na Reserva de Gorongosa e no Arquipélago de Bazaruto (Vilankulo), os quais o programa irá fortalecer e replicar através de uma componente substancial de *marketing* turístico. O Programa de Turismo Azul Sustentável será implementado no quadro da política e legislação de investimento, as quais garantem as condições para a atracção do sector privado para o investimento. Constituem componentes do projecto as seguintes:

- 1) Criação de ambiente favorável ao investimento no turismo azul sustentável, com enfoque para as áreas-chave de Biodiversidade e Áreas Prioritárias do Turismo. Esta componente inclui entre outras acções estratégicas as seguintes:
  - a. Elaboração de estudos de avaliação do impacto ambiental estratégico alinhados com os Planos de Desenvolvimento locais, planos de ordenamento e planos de negócios dos operadores turísticos e potenciais investidores;
  - b. Criação de Gabinetes de Atendimento Únicos virtuais onde são disponibilizadas as potencialidades, os planos de ordenamento, legislação e toda a informação necessária aos potenciais investidores; e
  - c. Concepção e implementação de um programa de *marketing* turístico envolvendo startups de jovens empreendedores, numa base competitiva, orientados para o segmento de turismo doméstico e turismo internacional.

- 2) Desenvolvimento e melhoria de infra-estruturas para potenciar o turismo azul sustentável, através de concessões e acordos de co- gestão, envolvendo o sector privado e comunidades, orientadas para infra-estruturas de alojamento, restauração, campismo e para actividades recreativas, desportivas e lúdicas atractivas aos turistas – ex: miradouros, rampas de lançamento de embarcações, oceanários (virtuais, abertos e/ou fechados), *bang-jumps*, serviços de mergulho, canoagem ou caiaques. Parte das iniciativas estão mapeadas e referenciadas no documento do Governo de Moçambique sobre *oportunidades de investimento das Áreas de conservação*<sup>10</sup>
- 3) Capacitação dos operadores turísticos, agentes desportivos e as comunidades sobre turismo Azul, baseado no Mar e massas de águas interiores (desporto, lazer e experiências recreativas). As capacitações têm em vista a criação de parcerias mutuamente benéficas para o sector privado, comunidades e agentes desportivos. Ex: turismo cultural – produção de eventos, iniciativas locais de economia circular.

O incentivo ao sector privado para o investimento pode ser por via de linhas de crédito bonificadas (*match grants* voltadas ao turismo com base na natureza), Parcerias Público-Privadas e incentivos fiscais e não-fiscais à luz da legislação de investimento. A melhoria de infra-estruturas inclui as verdes que contribuem para melhorar o funcionamento dos serviços ecossistémicos (fluxo hidrológico dos rios, estuários, recifes de corais, mangal, entre outros) e combate a erosão, podendo-se aceder a fontes de financiamento inovadoras como os créditos de carbono, doações, compensações/ contrapartidas pela contribuição na conservação da biodiversidade, entre outras.

<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Parque Nacional de Maputo e Macaneta (Província e cidade de Maputo)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Vilankulo e Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (Província de Inhambane)</li> <li>● Parque Nacional da Gorongosa (Província de Sofala)</li> <li>● Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (Províncias de Zambézia e Nampula)</li> <li>● Reserva do Lago Niassa (Província do Niassa)</li> <li>● Parque Nacional Arquipélago das Quirimbas (Província de Cabo Delgado).</li> </ul>
<b>Responsável</b>	ANAC, IP e INATUR, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	Governos locais, INADE, IP, Museus do Mar, ProAzul –FP, Sector Privado, ONGs, Organizações Filantrópicas e de Investigação.
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado, comunidades, turistas e desportistas
<b>Investimento indicativo</b>	USD 20.000.000   Possibilidade de investimento faseado

<sup>10</sup> <https://www.anac.gov.mz/wp-content/uploads/2021/08/Turismo-baseado-na-Natureza-2020.pdf>

## P5.2. Plataforma de Integração do Turismo na Economia Circular

### Objectivo geral

Melhorar a contribuição do sector do turismo na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, preservação do meio ambiente saudável, conservação da biodiversidade e melhoria das condições de vida das comunidades dos principais destinos turísticos.

### Escopo indicativo

A cadeia de valor do turismo inclui diversos sectores, desde a construção civil, os transportes, energia, prestação de serviços, indústria e comércio, agricultura e pescas, entre outros. Portanto, o sector pode directa ou indirectamente criar impactos negativos na saúde do meio ambiente e conservação da biodiversidade.

Em Moçambique, a maior demanda de turismo regista-se no segmento de sol e praia, sendo os principais destinos turísticos as praias da Ponta d'Ouro, Costa do Sol, Macaneta, Bilene, Xai-Xai, Chidenguele, Tofo, Estoril (Beira), Zalala, Chocas Mar, Fernão Veloso e Wimbe, e para o efeito os operadores turísticos investem em infra-estruturas de acomodação, transporte, restauração e lazer, que por vezes não respeitam os padrões ambientalmente sustentáveis. Ademais, a presença massiva de turistas nacionais e estrangeiros, sobretudo em tempos de pico, resulta na poluição das águas e do ambiente (resíduos, sobretudo de plástico), aumento da emissão de gases nocivos à atmosfera, degradação dos habitats (dunas, vegetação dunar e espécies endémicas).

Portanto, a integração do sector do turismo no modelo de economia circular é fundamental no desenvolvimento da economia azul, através da criação de cadeias de valor integradas num modelo circular, aumentando a eficiência na produção de bens e prestação de serviços, reduzindo / eliminando os desperdícios e em simultâneo criar as oportunidades de emprego e geração de renda através da inovação e criatividade.

O modelo de economia circular pressupõe que os produtos e serviços prestados sejam ambientalmente sustentáveis numa perspectiva de longo prazo. Socialmente benéfica para as pessoas e comunidades, criando valor e emprego que sejam económica e financeiramente viáveis e sustentáveis, gerando lucro aos investidores. Em Moçambique e em África no geral, a taxa de turistas internacionais tendeu a crescer nos últimos 10 anos (com excepção do período da pandemia do COVID-19, em 2020-2021). Entretanto, regista-se uma discrepância entre o número de turistas e o dinheiro gasto por estes nos locais de destino através da aquisição de bens e pagamento de serviços. Esta é uma questão que o modelo de economia circular pode abordar, apostando-se no conteúdo local e produtos inovadores, que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente significativos para as comunidades locais.

A Plataforma de Integração do Turismo na Economia Circular consiste num conjunto de iniciativas de produção de bens e serviços orientados para o sector de turismo, a serem implementados por entidades públicas, privadas

e associações comunitárias, obedecendo aos princípios da economia circular (reduzir, reutilizar, reciclar e repensar). A plataforma é composta pelas seguintes componentes:

- 1) Desenvolvimento de cadeias de valor integradas no modelo de economia circular. As cadeias de valor prioritárias são acordadas com os operadores turísticos, fornecedores locais e mediante consulta aos potenciais consumidores. Exemplo de cadeia de valor circular - produção e fornecimento de cosméticos orgânicos por fabriquetas artesanais às estâncias turísticas; produção e fornecimento de hortícolas através de agricultura de conservação;
- 2) Criação de plataformas de partilha de recursos entre os operadores turísticos. Esta plataforma irá permitir que diferentes operadores turísticos possam vender aos consumidores gamas completas de serviços turísticos, sem necessariamente adquirirem todos os tipos de equipamentos, o que em muitos dos casos gera desperdício e ineficiências. A plataforma de partilha de recursos inclui ainda a ligação e contacto com fornecedores (no mercado interno e exterior), que oferecem produtos amigos do ambiente, de longa duração e reutilizáveis ou recicláveis;
- 3) Criação de produtos e serviços inovadores de conteúdo local com base na economia circular. Esta componente consiste no incentivo a empreendedores locais, associações / cooperativas juvenis, associações / cooperativas de mulheres e associações / cooperativas comunitárias de pescadores, produtores, artesãos, artistas, promotores de eventos recreativos, desportivos a terem acesso a financiamentos para a promoção do turismo local, com base na reutilização e reciclagem de produtos e subprodutos, substituição de importações e repensar actuais modelos de negócios, com vista a redução dos impactos nocivos ao ambiente. O acesso ao financiamento será numa base competitiva.

O financiamento desta iniciativa pode ser por via do sector privado, aplicando-se o princípio de poluidor pagador e o dever de responsabilidade ambiental e social das empresas de produção águas, refrigerantes e bebidas alcoólicas, agências de viagens, estâncias turísticas, restaurantes e bares, empresas de transporte, produtores de eventos, gasoleiras, entre outros. *Match grants*, donativos e parcerias público-privadas podem também constituir fontes eficazes para o financiamento do projecto.

<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Maputo – Ponta do Ouro, Costa do Sol e Macaneta</li> <li>● Gaza – Bilene e Xai-Xai</li> <li>● Inhambane - Tofo</li> <li>● Sofala – Estoril</li> <li>● Zambézia – Zalala</li> </ul>
<b>Responsável</b>	INATUR
<b>Parceiros para implementação</b>	Governos locais, ProAzul –FP, Sector Privado, ONGs, OCBs, instituições de micro-crédito.
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado, empreendedores locais e comunidades
<b>Investimento indicativo</b>	USD 5.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## PILAR 6 : GOVERNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

### Áreas de abordagem

- Ambiente de negócios (*doing business*)
- Monitoria, controle e fiscalização marítima
- Desenvolvimento comunitário Políticas e estratégias de Economia Azul
- Desenvolvimento institucional (governança, recursos humanos, financeiros, materiais e infra-estruturas públicas)

### Desafios-chave relacionados

- Insuficiência de quadro-técnico para o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias ligadas à EA
- Incipiente coordenação institucional
- Insuficiência de dados e informações qualificadas sobre Economia Azul em Moçambique
- Dificuldade de acesso a financiamento pelo sector privado, em particular as MPMEs<sup>11</sup>

### Ligação como ODS





## P6.1. Reforço da Governação e Desenvolvimento institucional

<b>Objectivo geral</b>	Desenvolver a capacidade institucional e capital humano das instituições públicas para fazer face aos desafios no âmbito do desenvolvimento da Economia Azul.
<b>Escopo indicativo</b>	O projecto consiste na construção, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas que contribuem para o desenvolvimento da Economia Azul com destaque para a construção do edifício do Instituto Nacional Oceanográfico de Moçambique (InOM), apetrechamento do Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho e Costeiro (CEPAM), acreditação dos laboratórios do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado (INIP, IP), Escola de Pesca e Escola Superior de Ciências Náuticas. O projecto inclui ainda a formação / capacitação de técnicos moçambicanos nas diversas áreas para fazer face aos desafios no âmbito da Economia Azul. As componentes do projecto são as seguintes: (1) Construção, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas no âmbito do desenvolvimento da Economia Azul; (2) Fornecimento de bolsas de estudos e capacitação de técnicos moçambicanos nas áreas prioritárias para o desenvolvimento da Economia Azul; (3) Requalificação da Escola de Pescas e Escola Superior de Ciências Náuticas para responder aos desafios da Economia Azul; (4) Revisão, elaboração e compilação da legislação relevante bem como estabelecimento e fortalecimento das entidades indispensáveis para a implementação da Economia Azul.
<b>Cobertura geográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nacional (no geral)</li> <li>• Maputo, Cabo Delgado, Sofala (em casos específicos)</li> </ul>
<b>Responsável</b>	InOM, Escola de Pesca, Escola Superior de Ciências Náuticas, INIP, IP
<b>Parceiros para implementação</b>	ProAzul, FP; INAMAR, IP e ADNAP, IP
<b>Beneficiários</b>	Institutos Públicos, Instituições de Formação e Sector Privado.
<b>Investimento indicativo</b>	USD 40.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## P6.2. Fiscalização Oceânica e Costeira

<b>Objectivo geral</b>	Melhorar a eficiência e eficácia das actividades de fiscalização oceânica e costeira, através do uso de tecnologias modernas, para o combate às actividades ilegais na Zona Económica Exclusiva de Moçambique.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>Assim como outros países costeiros, Moçambique também sofre com a prática de actividades ilegais, danosas à saúde das zonas costeiras e dos oceanos (incluindo a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada - IUU, despejo de resíduos em locais inapropriados, descarte de plásticos e outros materiais). Há relatos de prejuízos económicos severos devido à prática ilegal, por exemplo, na pesca extractiva, estimada em pelo menos USD 60 milhões.</p> <p>Constitui um desafio em escala nacional, regional e global a efectiva fiscalização destas actividades por diversas razões, dentre as quais a limitada capacidade técnica das instituições, fraca capacidade de coordenação, reduzidas alternativas/abordagens que, em muitos casos, não exploram de forma adequada o uso de tecnologias para o fortalecimento da capacidade operacional da fiscalização.</p> <p>Diante deste contexto, o projecto visa dotar Moçambique de maior capacidade institucional e tecnológica para a fiscalização em terra e no mar. Tendo em conta que a fiscalização é uma actividade soberana do País, as componentes para implementação do projecto são conforme se segue:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) <b>Reforço do sistema de partilha de informação sobre crimes marítimos e pesca ilegal</b> – desenvolvimento de um mecanismo de coordenação e partilha de informação entre os sectores envolvidos na monitoria das actividades marítimas e costeiras, com enfoque na poluição marinha, pesca ilegal, contrabando, tráfico drogas, pirataria, entre outros crimes. Nesta componente será priorizada a criação de um <i>task-force</i> intersectorial para a coordenação no uso dos meios humanos e materiais, desenvolvimento de plataformas de partilha de informação, sistemas de alertas e um sistema de avaliação de risco para o mapeamento / identificação das áreas a serem priorizadas na fiscalização de rotina, para desencorajar as práticas ilícitas no mar e águas interiores.</li><li>2) <b>Infra-estrutura tecnológica</b> – viabilizar o uso de telemóveis para o registo de dados e drones equipados com tecnologia de inteligência artificial para ampliação da capacidade de monitorização em terra e mar, e a instalação de sensores e radares nas regiões norte, centro e sul. Serão reforçados os sistemas de monitoria de embarcações com os dispositivos de VMS e AIS. Com base na avaliação de risco e informação partilhada, por meio desta componente, também seriam adquiridos <i>kits</i> de equipamentos (embarcações, drones, etc) e alocadas equipas para a fiscalização de rotina no mar e em terra, nas áreas consideradas prioritárias.</li></ol>

- 3) **Apetrechamento e treinamento do capital humano** – Identificação das necessidades e criação de condições técnicas sustentáveis no longo prazo. A componente também busca explorar sinergias com outras iniciativas (por exemplo, África do Sul/Tanzânia/Quênia, França, EUA) para proporcionar uma efectiva fiscalização na Zona Económica Exclusiva (ZEE) e melhor orientação dos barcos de patrulha e/ou drones na ZEE, contribuindo também para a implementação do POEM/PNDT.
- 4) Monitoria da implementação dos planos de gestão ambiental de todas entidades que desenvolvem actividades no mar, incluído os projectos de hidrocarbonetos.
- 5) Operacionalização do Centro de Coordenação de Operações de Fiscalização Marítima (CEFMAR) no quadro da implementação da Lei do Mar, com vista a estabelecer o quadro institucional para a fiscalização marítima a longo prazo.

O aumento da segurança seria, portanto, recompensada também economicamente, posto que, já no curto prazo, seria esperado o aumento das receitas de exportação, redução da Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (Pesca INN), e de um ambiente mais seguro para um turismo marítimo (iates, cruzeiros, pesca esportiva), contribuindo também para geração de empregos formais.

<b>Cobertura geográfica</b>	Províncias costeiras e de águas interiores
<b>Responsável</b>	Instituto Nacional do Mar, IP (INAMAR, IP)
<b>Parceiros para implementação</b>	MEF, ADNAP, IP, ONGs (BIOFUND, WCS, Conservation Drones, Global Fishing Watch, Maritime Security and Piracy), Universidades, CCPs, Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial e Tribunais Marítimos.
<b>Beneficiários</b>	Comunidades Costeiras e Sector privado
<b>Investimento estimado</b>	USD 20.000.000  Possibilidade de investimento faseado

### P6.3. Zona Económica Sustentável da Economia Azul

#### Objectivo geral

Atrair empresas do sector privado para um determinado espaços geográfico seleccionado como prioritário, para estimular o desenvolvimento de actividades inovadoras e impulsionadoras da Economia Azul<sup>12</sup>.

#### Escopo indicativo

A Zona Económica Especial da Economia Azul (ZEEA) estará focada no desenvolvimento da Economia Azul em Moçambique através do sector privado, com impacto no desenvolvimento para as comunidades, conservação e renovação dos recursos marinhos.

De forma a aumentar a atractividade da ZEEA para potenciais investidores, serão atribuídos benefícios fiscais similares às demais ZEEs em Moçambique (por exemplo ZEEs de Nacala e de Beluluane) que são áreas de actividade económica onde os bens e serviços que transaccionados, produzidos ou transformados para exportação estão totalmente isentas de várias imposições aduaneiras e fiscais.

A abordagem técnica enquadra-se no quadro jurídico das Zonas Económicas Especiais (Diploma Ministerial 202/2010).

A ZEEA poderá ser estabelecida em local geográfico que permita capitalizar outros esforços do Governo de Moçambique para a atracção do sector privado através de benefícios fiscais com potencial elevado para a implantação de actividades da Economia Azul.

As principais componentes deste projecto são as seguintes:

#### **Componente 1: Instituição da zona geográfica para a ZEEA:**

- 1) Selecção da zona com potencialidades adequadas para o incremento das exportações com serviços e produtos inovadores da Economia Azul;
- 2) Concepção do plano de ordenamento da ZEEA;
- 3) Concepção do regulamento de acesso e gestão da ZEEA;
- 4) Aprovação pelo Governo da ZEEA e respectivos instrumentos de gestão.

#### **Componente 2: Promoção da ZEEA**

- 1) Realização de roadshows, seminários de investidores e outros eventos a nível nacional e internacional para a promoção da ZEEA. Poderá ser feito combinando o esforço do Estado e de uma entidade privada que poderá ter co-financiamento do Estado para o efeito

<sup>12</sup> Este é um projecto previsto no estudo *Financing Mechanisms for Sustainable Blue Economy Development in Mozambique* (World Bank, 2019). Em princípio, está orientado para uma zona económica "virtual". Esta ideia pode ser considerada, embora possa resultar no aumento da complexidade do projecto.

- 2) Identificação de projectos-âncora que possam sustentar a implantação das infra-estruturas fundamentais da ZEEA;
- 3) Alocação dos projectos nos lotes concebidos no plano de ordenamento e desenho do cronograma para a implantação das empresas;

**Componente 3: Desenvolvimento de infra-estruturas e implantação das empresas**

- 1) Construção de infra-estruturas básicas: colocação de energia, água, acessos, etc.
- 2) Estabelecimento de entidades administrativas para facilitar licenciamento flexível das empresas, saúde, segurança etc.
- 3) Implantação das empresas de acordo com o respectivo cronograma

<b>Cobertura geográfica</b>	Numa primeira fase será uma única ZEEA a ser seleccionada dentre as regiões estratégicas para o desenvolvimento das actividades económicas da EA, nomeadamente: Vale do Zambeze, Inhassunge, Chókwè, Nacala e Metangula
<b>Responsável</b>	ProAzul, FP
<b>Parceiros para implementação</b>	Instituições Públicas: MEF, APIEX, Universidade, Sector Privado, Parceiros de cooperação.
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado
<b>Investimento indicativo</b>	USD 2.000.000   Possibilidade de investimento faseado

#### P6.4. Promoção de Janela de Oportunidades de Negócio na Economia Azul em Moçambique – Blue Cluster de Moçambique

<b>Objectivo geral</b>	Promover a coordenação e integração dos sectores que compõem a Economia Azul e sua digitalização, através do estímulo ao desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) emergentes e inovadoras.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>O desenvolvimento da Economia Azul constitui uma abordagem recente, a qual abrange uma diversidade de <i>stakeholders</i>, desde a academia, sociedade civil e sobretudo o sector privado, que se pretende ser o maior dinamizador. A digitalização e inovação tecnológica constituem as ferramentas que aceleram a integração dos diferentes sectores de actividade económica na EA, através da redução de gases poluentes, com soluções logísticas mais eficientes para os sectores de transporte, turismo e serviços diversos, contribuição para a transição energética, adoptando tecnologias com recursos a energias limpas, nos sectores da pesca e aquacultura, infra-estruturas portuárias, entre outras.</p> <p>Para o efeito, a constituição de <i>clusters</i> da EA e um <i>Hub</i> de partilha de conhecimento e inovação constituem os elementos essenciais desta iniciativa e o desenvolvimento de PMEs, através de <i>startups</i> constituem a estratégia de implementação.</p> <p>O projecto Blue Cluster de Moçambique consiste numa plataforma para o desenvolvimento de <i>startups</i> com vista a promoção de inovações tecnológicas no âmbito da economia azul e engajamento do sector privado, focalizando em jovens empreendedores e promoção das PMEs. O projecto é constituído por 3 componentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(1) Incubadora, focada em criar capacidades para <i>startups</i> no desenvolvimento de soluções de impacto e escalonáveis na EA;</li> <li>(2) Aceleradora, para impulsionar <i>startups</i> mais avançadas, incluindo <i>mentoring</i> e atracção de investidores em troca de uma participação no capital social;</li> <li>(3) Centro de geração de conhecimento (<i>Hub</i> de Economia Azul), constituído por uma plataforma de partilha de informação e conhecimento entre os diferentes <i>stakeholders</i> (academia, PMEs, Sector Público e Privado, ONGs), plataforma dinâmica de oportunidades de investimento, serviços de advocacia, estudos e análises de mercado especializados em EA, produção de relatórios e <i>newsletter</i> sobre EA.</li> </ol> <p>A implementação da iniciativa de Blue Cluster de Moçambique será desenvolvida em paralelo com o desenvolvimento da conta satélite sobre Economia Azul, as quais deverão retroalimentar-se em termos de informação e sondagem de mercado com base nas tendências dos indicadores macroeconómicos.</p> <p>A promoção das <i>startups</i> será feita numa base competitiva, seleccionando-se projectos inovadores, proporcionando oportunidade para formação e troca de experiências para o seu aprimoramento e oportunidades de parceria e financiamento para os projectos bancáveis.</p>
<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	ProAzul, FP
<b>Parceiros para implementação</b>	Universidades, Sector Privado, ONGs, Parceiros de Desenvolvimento.
<b>Beneficiários</b>	Sector Privado – PMEs
<b>Investimento indicativo</b>	USD 2.000.000   Possibilidade de investimento faseado

## P6.5. Conta Satélite de Economia Azul

### Objectivo geral

Informar o desempenho socioeconómico dos sectores que compõem a Economia Azul de Moçambique.

### Escopo indicativo

A produção de estatísticas fiáveis representa uma das prioridades do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) referida em documentos estratégicos como: Política e Estratégia do Mar (POLMAR), Roadmap do ProAzul, Financing Mechanisms for Sustainable Blue Economy Development in Mozambique, dentre outros.

Implementar uma Conta Satélite (CS) para a Economia Azul em Moçambique é condição para melhor compreender e informar sua relevância para o país. Trabalhos recentes da OCDE<sup>13</sup> afirmam a importância de novas abordagens na quantificação da EA, sendo apontado o desenvolvimento de Contas Satélite como uma das vias a ser seguida, tirando partido de lições aprendidas de trabalhos realizados em diferentes países, muitos referenciados no estudo *Conta Satélite do Mar: Exemplos Nacionais e Internacionais (DGPM/INE, 2016)*<sup>14</sup>.

Para o processo de criação deste instrumento está dividido nas seguintes componentes e actividades:

**Componente 1: Preparação da Conta Satélite de Economia Azul**, abrangendo actividades como:

- 1) Validação dos sectores e actividades económicas da Economia Azul (EA) de Moçambique;
- 2) Análise da tipologia de bens e serviços transaccionados (de 2.1.) tendo como referência o Classificador de Actividade Económica (CAE) de Moçambique;
- 3) Análise e adequação das fontes de dados relacionados com os sectores identificados;
- 4) Preparação e teste de viabilidade, melhorias, recolha, processamento e análise de dados; e
- 5) Elaboração do manual metodológico e de procedimentos para CS.

**Componente 2: Institucionalização da Conta Satélite**, abrangendo actividades como:

- 1) Preparação do roadmap para incorporar a CSM nas contas nacionais;
- 2) Definição da estrutura necessária à operacionalização da CSM

Este instrumento, que reúne os principais dados e indicadores da Economia Azul, qualifica o processo de tomada de decisão baseada em evidências, servindo de base para a priorização na alocação de investimentos públicos e privados, na revisão e formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento, estruturação e avaliação de programa e projectos de EA.

Dado que alguns sectores da EA são emergentes, poderá haver necessidade de se implementar a CS de forma gradual, sendo aqueles sectores que já dispõem de informação disponível os primeiros a serem incluídos na CS e a melhoria sistemática do processo irá permitir que demais sectores sejam incorporados de forma faseada.

<sup>13</sup> OECD (2019). Rethinking Innovation for a Sustainable Ocean Economy. OECD Publishing, Paris.

<sup>14</sup> *Economia do Mar: Exemplos Nacionais e Internacionais (2016)*

<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul (ProAzul, FP) – Coordenação executiva</li><li>• Instituto Nacional de Estatística (INE, IP) - Implementação</li></ul>
<b>Parceiros para implementação</b>	MIMAIP, MIREME, MICULTUR, MTC, MTA, FUNAE, FNDS, Universidade, Sector Privado, Organizações da Sociedade Civil (OSC)
<b>Beneficiários</b>	Ministérios, Sector Privado, Sociedade civil, Academia – interessados em obter dados socioeconómicos oficiais relativamente aos sectores da Economia Azul de Moçambique.
<b>Investimento indicativo</b>	USD 1.000.000

## P6.6. Literacia do Meio Aquático

### Objectivo geral

Promover o conhecimento científico, incluindo sócio-cultural e artístico sobre o meio aquático através de abordagens criativas e interactivas.

### Escopo indicativo

A longa linha de costa e a vasta rede hidrográfica que Moçambique possui impele a que as estratégias de desenvolvimento passem pelo aproveitamento dos recursos e oportunidades que o mar, rios e lagos proporcionam. Para o efeito, a promoção do conhecimento científico por vias informais e interactiva permite que os aspectos mais complexos da ciência possam ser compreendidos por pessoas de diferentes níveis etários e grau de formação, incluindo as comunidades, que possuem limitação de acesso a materiais e recursos didácticos.

Para além da abordagem da questão do acesso ao conhecimento e tradução do mesmo de forma mais simples e criativa, o projecto de Literacia do Meio Aquático pretende valorizar o conhecimento e potencialidades locais, através de uma abordagem temática, tomando como base as realidades e circunstâncias das diferentes comunidades e grupo alvo.

Na sua intervenção, o projecto conta com os seguintes produtos e ou recursos:

#### a) MarTeca:

Constitui um centro de documentação, informação e recursos a que se possa aceder presencialmente ou a distância para diversos serviços específicos de provisão de recursos informação. A MarTeca pretende ser um centro de recursos por excelência, onde todo o conhecimento produzido nas diferentes áreas do saber sobre o mar possa ser traduzido em recursos didácticos e adaptado ao contexto local, para sua posterior disseminação através de pólos de conhecimento, que podem ser escolas, organizações da sociedade civil, grupos artísticos e culturais, entre outros. Os pólos de conhecimento terão uma abordagem temática, considerando as características ecológicas e potencialidades económicas que o meio aquático proporciona. Esta estrutura permitirá criar pólos de especialidade integrantes da rede museus do mar, quer sejam estes administrativamente dependentes do Museus do Mar ou de outra natureza.

#### b) Centro de Ciência Modelo

O centro consiste na demonstração por via sensorial (visão, audição, paladar, olfato ou tacto) da ciência por detrás dos fenómenos naturais, funcionamento de tecnologias desenvolvidas pelo homem para o aproveitamento dos recursos proporcionados pelo meio aquático. O centro visa promover a cultura científica e tecnológica relativamente ao meio aquático, através da

democratização do conhecimento tornando as matérias científicas e tecnológicas ao alcance do cidadão comum, tendo em vista que este possa participar de forma mais efectiva na economia azul como seu agente.

O centro de ciência traduzir-se-á, essencialmente, num conjunto de módulos de desenvolvimento cognitivo, que constituem exposições interactivas ou uma espécie de simuladores, que de forma criativa dão a oportunidade ao visitante de observar de forma dinâmica e interactiva como ocorrem determinados fenómenos naturais ou tecnologias, tais como o funcionamento do ciclo da águas, o processo de desalinização da águas do mar, processo de geração da energia através do sol, águas do rio e do mar, etc.

A selecção e construção dos módulos de desenvolvimento cognitivo tomará como base as orientações dos 'departamentos' do Estado que superintendem as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia e Ensino técnico-profissional, como essenciais para o conhecimento básico pelo cidadão comum, contendo ainda uma 'quota' para o conteúdo local. A rede de centros de ciência a estabelecer em todo o país terá o 'tronco comum' transversal e o 'conteúdo local' variável de acordo com o contexto específico.

c) Saber Azul

O Saber Azul consiste na elaboração e divulgação de reportagens televisivas e radiofónicas através de uma série de programas num formato de *talk show*, sendo conduzido por um moderador e será apresentado uma (1) vez por semana com a duração de 60 minutos. O programa inclui um conjunto de rubricas, todas destinadas a estimular o conhecimento sobre o meio aquático de uma forma lúdica.

d) Showmar

Considerando que dois terços da população mocambicana habita as zonas costeiras, sendo ela maioritariamente jovem e com baixo nível de escolaridade, o que torna limitado acesso ao conhecimento científico sobre o meio aquático. Entretanto, a mesma população possui uma elevada dependência de recursos naturais para a sua subsistência, havendo deste modo a necessidade de sua inclusão na educação ambiental, de modo a garantir o uso sustentável dos recursos.

O Showmar consiste em um *show itinerante*, num "camião palco", que combina actividades lúdicas e de educação ambiental, em que pontificarão bailados multidisciplinares temáticos a que se acrescentarão outras formas de expressão artística inerentes a cada local – como música, teatro, dança, cinema, entre outras – bem como palestras e actividades afins. Irá, por isso, privilegiar a criação de parcerias locais com activistas, artistas e líderes comunitários com vista à definição de plataformas estratégicas de continuidade da educação cívica em fase pós-projecto. Aliás, muito material deverá ser produzido com envolvimento dos agentes locais. Sendo assim, tais agentes deverão ser capacitados em técnicas de comunicação aplicadas à temática, tendo em vista o maior engajamento possível das comunidades nos assuntos inerentes ao meio aquático.

e) Exposição: Viver do mar e com o mar

A actividade consiste em exposições no modelo clássico, mas com a particularidade de ser itinerante, deslocando-se ao encontro do público-alvo. A iniciativa visa produzir e disseminar conteúdos educativos sobre o meio aquático, podendo ser implementada nas zonas rurais onde o acesso às tecnologias de informação e comunicação é desafiante. Contempla públicos de diferentes extratos, tendo no infante-juvenil (estudantes) o principal alvo.

A exposição serve de ferramenta para transmitir, de forma inclusiva, valores de cidadania na gestão sustentável dos recursos, para que se possa verificar, a médio-longo prazo, a elevação do nível de cultura geral sobre aspectos relevantes inerentes à temática e, por conseguinte, um comportamento proactivo e responsável na preservação do ambiente aquático.

Para garantir a sustentabilidade da actividade, no contexto da Governação descentralizada, pretende-se ensaiar um modelo de actuação tripartido entre (i) o Museus do Mar, (ii) os órgãos locais do Estado e (iii) os parceiros de cooperação. Aliás, a actividade teve uma fase experimental de 2016 a 2022 em cinco províncias, sendo a etapa seguinte correspondente à fase piloto, a realizar na província de Gaza, para posterior expansão pelo território nacional. As exposições têm a particularidade de ser permanentes e de os conteúdos serem impressos em material impermeável para serem expostos ao ar livre e, por assim ser, facilitar o acesso pelo público em geral.

<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	Museus do Mar
<b>Parceiros para implementação</b>	MTA, MICULTUR, MINEDH, MCTES, SEETP, Governos Provinciais, Secretarias de Estado Provinciais e ONG's; DGPM; Centro de Documentação 25 de Abril e Biblioteca Norte Sul, instituições de investigação; instituições de ensino superior e de ensino técnico-profissional; Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável; MARE; Agência Ciência Viva
<b>Beneficiários</b>	MarTeca: Estudantes e Docentes Centro de Ciência: Público, em geral, alunos de todos os níveis de ensino, docentes e investigadores
<b>Investimento indicativo</b>	USD 1.000.000

## P6.7. Salvaguarda do Património Marítimo

### Objectivo geral

Inventariar o património marítimo e sócio-cultural, tendo em vista o apoio à gestão sustentável dos recursos naturais e divulgação do património nacional.

### Escopo indicativo

As medidas de gestão dos recursos naturais prestam-se a comandos globais, para o que o conhecimento tende à polarização, o que coloca em causa a sustentabilidade dado que remete os países considerados economicamente menos desenvolvidos para a dependência. Entretanto, há evidências de existência de conhecimento local relevante, detido pelas comunidades, para além de ser pertinente perceber aspectos comportamentais e de territorialidade para melhor gerir as mudanças. Assim, esta linha de pesquisa pode providenciar conhecimento novo que possa apoiar na tomada de decisões no contexto da gestão dos recursos naturais.

O Patrimar consiste na realização de estudos sistemáticos de inventariação do património marítimo nacional, incluindo a dimensão sócio-cultural, que irá apoiar ao Museu do Mar na actualização permanente do seu acervo e desenvolvimento da capacidade técnica e científica de investigadores nacionais. O desenho do plano de investigação e formação, toma com base o mapeamento das necessidades dos diferentes sectores da Economia Azul. O projecto de pesquisa obedece a suas principais linhas de investigação, com as designações que se seguem:

#### a) Patrimar:

Consiste numa linha de investigação e inventariação do património marítimo obedecendo metodologias científicas, tomando como base os procedimentos da UNESCO. Nesta linha de investigação, para além da inventariação do património material e imaterial, o projecto irá apoiar financeira e tecnicamente a realização de pesquisas sobre o património marítimo, incluindo trabalhos de fim de curso, artigos académicos, estudos específicos orientados para a gestão e desenvolvimento de políticas públicas, entre outros. Nesta linha de pesquisa pretende-se que a inventariação do património marítimo seja feita por província, distrito e até o nível de posto administrativo, quando justificável.

#### b) Evolução histórica do sector

Com esta linha de investigação pretende-se, de forma contínua, contar a evolução histórica do sector do mar e áreas afins, através do registo de fontes primárias, para constar do acervo do Museu, podendo ser usado para consultas. Nesta linha de pesquisa busca-se o testemunho de informantes-chave, quer do sector público, como dos operadores privados e das comunidades, que estiveram ou estão envolvidos nos diferentes processos de desenvolvimento dos sectores da Economia Azul.

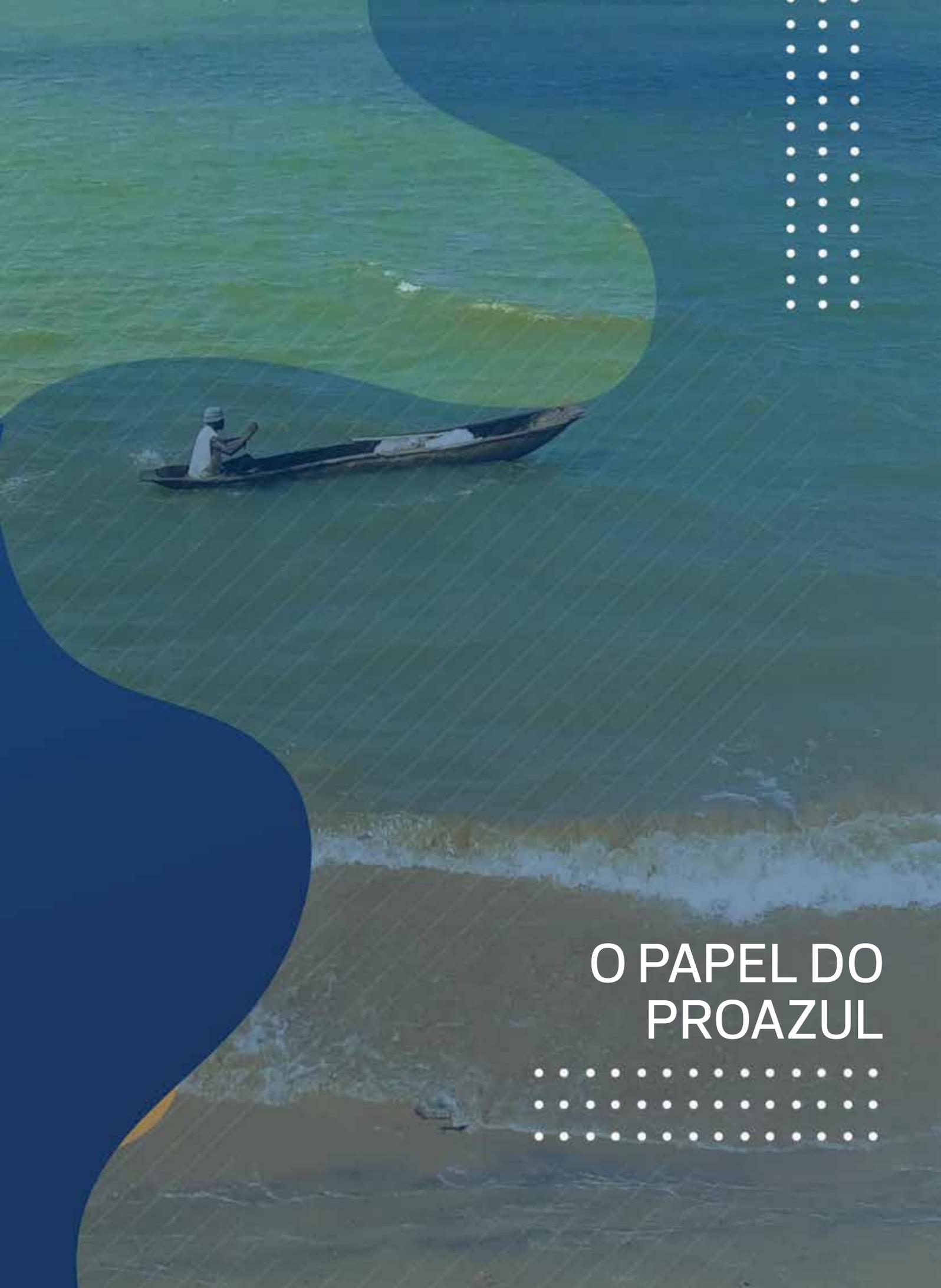
O acervo constituirá fonte de consulta para estudos e desenvolvimento de políticas, tomando como base as experiências passadas. Pode inclusive servir de recurso para a indução de diferentes partes interessadas sobre a Governação dos sectores da Economia Azul em Moçambique.

Para garantir a sustentabilidade do projecto de salvaguarda do Património Marítimo, considerando a necessidade de continuidade das actividades, mesmo depois do fim do projecto, será incluída uma componente de formação e capacitação de investigadores nacionais.

<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	Museus do Mar
<b>Parceiros para implementação</b>	Universidades, Governo Local; Cátedra UNESCO sobre O património cultural dos oceanos; DCV da Universidade de Coimbra, Plataforma Melgaço; Plataforma Ondazul; trabalhadores reformados
<b>Beneficiários</b>	Público em geral, gestores públicos, alunos, professores, pesquisadores e estudantes
<b>Investimento indicativo</b>	USD 605.000

## P6.8. Projecto de Promoção do Cooperativismo

<b>Objectivo geral</b>	Promover a inclusão dos operadores informais, Micro, Pequenas e Médias Empresas que operam na cadeia de valor da Economia Azul no circuito da economia formal para melhoria da contribuição da Economia Azul na economia nacional, através do cooperativismo moderno.
<b>Escopo indicativo</b>	<p>A promoção do cooperativismo constitui uma prioridade do sector privado (informal e formal) tendo em vista o acesso à tecnologia, <i>know-how</i>, mercados e financiamento, enquanto que para o Governo constitui uma estratégia para dinamizar o sector privado, sobretudo no sector primário e de gestão dos recursos naturais e alargar a base tributária.</p> <p>O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) através do IPEME, IP em colaboração com a Autoridade Tributária e a Associação para a Promoção do Cooperativismo Moderno iniciaram um programa de promoção do cooperativismo focalizando nas MPME e sobretudo o sector informal.</p> <p>No quadro do desenvolvimento da Economia Azul, o cooperativismo constitui uma estratégia de engajamento das comunidades costeiras e MPME em iniciativas de natureza eminentemente privadas, ou de cariz público-privadas ou em parceria com Organizações da Sociedade Civil, para o desenvolvimento das diferentes cadeias de valor que encerram a economia azul.</p> <p>Os sectores tradicionais da pesca e aquacultura, mas também sectores emergentes como o de turismo comunitário são dominados por associações e outras estruturas de carácter não-lucrativo ou informal. Portanto, a promoção do cooperativismo constitui o mecanismo de inserção destes grupos no sector formal, assegurando deste modo maior contribuição do sector na economia social e promoção do emprego formal e segurança social para as comunidades costeiras.</p> <p>Constituem componentes deste projecto os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Implementação do Programa Nacional de Promoção do Cooperativismo Moderno;</li> <li>2) Apoio na estruturação de cooperativas pilot no quadro do desenvolvimento da Economia Azul;</li> <li>3) Financiamento de cooperativas para o desenvolvimento de cadeias de valor da economia azul.</li> </ol>
<b>Cobertura geográfica</b>	Nacional
<b>Responsável</b>	Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME, IP)
<b>Parceiros para implementação</b>	Autoridade Tributária (AT), MIMAIP (IDEPA, IP; ProAzul, IP); Sector Privado (Associação para Promoção do Cooperativismo Modelo, CTA,)
<b>Beneficiários</b>	Associação de Pescadores e aquacultores, MPMEs; Público em geral.
<b>Investimento indicativo</b>	USD 1.000.000



# O PAPEL DO PROAZUL



O Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul – ProAzul, FP, criado em 2019, tem a **missão de promover o desenvolvimento sustentável das actividades da Economia Azul (EA) por meio da alocação de recursos e apoio à gestão de programas, projectos e investimentos**. Neste sentido, a instituição representa o ponto focal de todos os sectores económicos com interesse no sector do mar para os assuntos de:

#### A. Identificação de oportunidades

Em articulação com os diversos intervenientes – *stakeholders*, o ProAzul identifica oportunidades para o desenvolvimento sustentável nos diversos sectores da Economia Azul, alinhadas às prioridades nacionais, políticas e estratégias. É a “porta de entrada” do MIMAIP para investimentos na EA.

#### B. Estruturação e coordenação de programas e projectos

Transformação das “ideias” em programas e projectos. Apoio na concepção, estruturação e implementação de iniciativas no sector da Economia Azul, seguindo elevados padrões fiduciários. O ProAzul trabalha com múltiplos actores, dentre os quais Governo, Parceiros de Cooperação, Sector Privado, ONGs, Comunidades e Academia.

#### C. Mobilização de recursos

Mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros para suprir as necessidades e/ou capturar oportunidades na EA. Inclui a criação de mecanismos para o financiamento das necessidades identificadas e a adopção de princípios de investimento na Economia Azul.

### EXPERIÊNCIA FIDUCIÁRIA DO PROAZUL

Seu modelo de actuação já mobilizou mais de USD 80 milhões para o apoio em diversas iniciativas de EA, implementadas por parceiros do sector público e privado, e com perspectivas de ampliação do portfólio de investimentos.

Com o apoio de parceiros de cooperação e instituições do MIMAIP, o ProAzul definiu o *portfólio de projectos de Economia Azul, os 7 princípios de investimento para Economia Azul e os mecanismos para o financiamento de projectos azuis mais adequados à realidade de Moçambique*, representando um marco importante para a implementação da agenda azul moçambicana.

O ProAzul, FP goza de independência para aderir às exigências fiduciárias de parceiros de cooperação e demais boas práticas relevantes à sua actuação. Em razão disto e de seu mandato, políticas, processos e ferramentas são constantemente aperfeiçoadas visando assegurar maior transparência, eficácia e eficiência, dentre outros na gestão financeira, aquisições, gestão de contratos, salvaguardas sociais e ambientais, monitoria e avaliação e gestão de projectos.

Constitui a experiência na coordenação e gestão de projectos do ProAzul, a carteira a seguir:

PROJECTO	OBJECTIVO	ORÇAMENTO
<b>Programa de Economia Rural Sustentável (MozRural)</b> Parceiro: Banco Mundial	Melhorar o desempenho de pequenos produtores agrícolas e AgriMSMEs e as práticas de gestão de recursos naturais	USD 32.5 milhões
<b>Projecto de Economia Rural Sustentável (MozNorte)</b> Parceiro: Banco Mundial	Melhorar os meios de vida de comunidades vulneráveis e a gestão de recursos naturais em áreas rurais do norte de Moçambique	USD 22.7 milhões
<b>SWIOFish</b> Parceiro: Banco Mundial	Melhorar a eficácia na gestão das pescarias prioritárias seleccionadas, aos níveis regional, nacional e comunitário.	USD 37 milhões

PROJECTO	OBJECTIVO	ORÇAMENTO
<b>Programa Mais Peixe Sustentável</b> <i>Inserido no MozRural e MozNorte</i> <i>Parceiro: Banco Mundial</i>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Melhorar o nível de renda dos pescadores tradicionais</li><li>2. Promover as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)</li></ol>	USD 7 milhões (Janela 1) USD 7 milhões (Janela 2)
<b>Resiliência das Comunidades Costeiras às Mudanças Climáticas</b> <i>Parceiro: Suécia</i>	Reforço institucional e comunitário para mitigar os desafios das mudanças climáticas	USD 1 milhão
<b>PROBLUE</b> <i>Parceiro: Banco Mundial</i>	O projecto desenvolveu o Roadmap do ProAzul, os princípios de investimento da Economia Azul e Mecanismos Inovadores para o seu financiamento da Economia Azul	USD 1 milhão



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS

**MINISTÉRIOS TRANSVERSAIS COM INTERESSE NA ECONOMIA AZUL**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS



MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGIA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO



MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E RECURSOS HIDRICOS



MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES



MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL



SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E EMPREGO



SECRETARIA DO ESTADO DO DESPORTO